

## padrões de riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860\*

Zephyr Frank<sup>1</sup>

Professor Assistente de História da América Latina, Stanford University.

### RESUMO

O Oitocentos, especialmente antes da década de 1880, são vistos como um período de crescimento lento ou de estagnação de boa parte da economia brasileira. Ao longo das últimas três décadas, tal interpretação vem sendo revista por estudiosos da História Econômica, em particular com relação ao Sudeste. Este artigo utiliza inventários *post mortem* e outras fontes quantitativas para detectar se houve ou não crescimento real da riqueza em três localidades do Sudeste: a cidade do Rio de Janeiro, a região do Rio das Mortes, nas Minas Gerais, e a cidade de São Paulo. A evidência indica que o nível de riqueza real era mais alto à época da independência e aumentava mais rapidamente que admitiam os estudos tradicionais, focados na estagnação econômica da primeira metade do século XIX. Concomitantemente, a desigualdade econômica também aumentou. Incluíam-se entre as fontes do crescimento o melhoramento das instituições econômicas, um grande mercado de crédito informal e o incremento da demanda centrada nas cidades e centros urbanos menores.

**Palavras chaves:** crescimento econômico; padrões de riqueza; Sudeste brasileiro; desigualdade; instituições econômicas, redes de crédito, mercado interno

### ABSTRACT

The nineteenth century, particularly before the 1880s, is typically seen as a period of slow growth or stagnation in much of Brazil's economy. Over the past three decades, this interpretation has been revised by economic historians, especially with respect to the economy of the Southeast. This article uses estate inventories and other quantitative sources to test whether there was real growth in wealth holding in three important locations in the Southeast: the city of Rio de Janeiro, the region of the Rio das Mortes, in Minas Gerais, and the town of São Paulo. The evidence shows that real wealth was higher at the beginning of the period and grew more rapidly than was generally assumed in the older literature regarding economic stagnation during the first half of the nineteenth century. Inequality also rose, as a consequence, especially in the Rio das Mortes and São Paulo. Sources of growth included improved economic institutions, a large informal credit market, and growing demand centered in cities and towns.

**Key words:** economic growth; wealth distribution; Brazilian southeast; inequality, economic institutions; networks of credit; domestic market

Ao longo da primeira metade do século XIX, o Sudeste brasileiro passou por uma série de transformações profundas. Rio de Janeiro, a nova sede da Corte do Império Português em exílio, se tornaria a capital de um Brasil independente e monárquico. A cidade foi transformada pelo crescimento urbano, com a entrada maciça de escravos africanos e a emergência de ricos comerciantes e plantadores de café à liderança da sociedade local<sup>2</sup>. Fora da capital, outras zonas importantes do Sudeste também prosperaram em função das forças do mercado interno e das demandas da economia internacional.

Tal quadro de crescimento contrasta com a difundida imagem do Brasil, da primeira metade do século XIX, de “gigante adormecido”. A maioria dos estudos sobre a história econômica do Brasil no Oitocentos tende a identificar o início do processo brasileiro de crescimento e transformação com a emergência de São Paulo como um grande produtor de café e, depois, centro industrial, algo datado mais para o final daquele século<sup>3</sup>. Ocasionalmente, aponta-se também a Província do Rio de Janeiro como um *locus* dinâmico efêmero, especialmente entre as décadas de 1830 e 1880. E, em geral, para o resto do Brasil, os estudos encontram fracos índices, ou mesmo nenhum crescimento econômico em termos *per capita* ao longo de todo o século XIX. O influente estudo de Nathaniel Leff estimou o crescimento da renda *per capita* no Brasil entre 1822 e 1913 em meros 0,1%, resultado creditado, em grande parte, à baixa produtividade do enorme setor da agricultura de subsistência. De acordo com este autor, mesmo o Sudeste brasileiro teria experimentado taxas reais de crescimento visivelmente inexpressivas, na casa de 0,2 a 0,4% (Leff, vol. 1, 1982: 33 e 42)<sup>4</sup>. O peso enorme da agricultura de subsistência, com sua baixa produtividade, a legislação financeira e os instrumentos de crédito antiquados, os baixos níveis de escolaridade, os altos custos de transporte e os termos de câmbio cada vez mais desfavoráveis são apontados como obstáculos ao crescimento econômico do Brasil durante boa parte do século XIX<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Fragozo (1992).

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Baer (1995: 17-18); Dean (1969: 3); Mello (1982).

<sup>4</sup> O autor também sugere uma estimativa máxima de crescimento: 0,8% para o País como um todo e 1,0% para o Sudeste.

<sup>5</sup> Sobre o setor de agricultura de autoconsumo e o retardamento do crescimento econômico, ver Leff (1982: 20-22); com relação aos argumentos sobre níveis de

Não obstante, ao longo das duas últimas décadas, a tendência dos estudos especializados tem sido a de mostrar que a economia de algumas regiões do Brasil, em particular a do Sudeste, foi bastante dinâmica durante a primeira metade do século XIX<sup>6</sup>. Ao se inspirar nesta tendência revisionista, nossa pesquisa pretende revelar que certas áreas desta região foram relativamente prósperas às vésperas da independência e que a riqueza individual mediana iria crescer substancialmente ao longo daquelas décadas. Ademais, nossos dados sugerem que, enquanto a riqueza geral crescia, a distribuição de renda se encaminhou por trajetórias variadas. O aumento da riqueza nem sempre se fez acompanhar do aumento da desigualdade. Finalmente, procuraremos as origens deste crescimento da riqueza no Sudeste, incorporando a análise das suas instituições (os direitos da propriedade, a escravidão e as leis comerciais) e mercados (interno e externo). Sabemos que, antes de 1860, estas instituições e mercados conheceram mudanças importantes que precisam ser consideradas, tais como o término do tráfico negreiro internacional, a criação de mercados de capital modernos e o grande aumento das exportações cafeeiras.

Nosso estudo engloba dois períodos distintos: 1815–1825 e 1850–1860. O primeiro cobre o final do regime colonial português e os anos iniciais da independência do Império do Brasil. O segundo, aproximadamente duas gerações após a independência, começa com a supressão definitiva do tráfico negreiro em 1850. Como resposta à resultante crise da escravidão, a década foi marcada pela implementação, em 1850 e 1854, de novas leis, resultantes da preocupação com a distribuição da terra e com a regulamentação do comércio. Tal periodização nos permite analisar o papel das mudanças institucionais que marcaram os contornos desses momentos de crescimento ou de distribuição da renda. Também nos possibilita avaliar a capacidade do setor agrário-exportador em alterar a distribuição da riqueza na temporalidade aqui proposta, pois, no segundo quinquênio da década de 1840, as exportações estagnaram em níveis baixos e somente em meados da década seguinte dobrariam de valor<sup>7</sup>.

escolaridade e o capital humano, ver Engerman, Haber, & Sokoloff (2000: 122–123 e 126–127); para a questão dos custos do transporte, ver Summerhill (2004: capítulo 2); sobre a questão do *boom* de exportação tardio, ver Furtado (1967: 114–117).

<sup>6</sup> Exemplos importantes destes estudos são Martins Filho & Martins (1983); Libby (1988); Frago (1992) e Graça Filho (2002).

<sup>7</sup> Ver *Anuário Estatístico*, Rio de Janeiro, IBGE, 1939/40, p. 1358. As exportações aumentaram de £4.030.000 em 1822 para £4.941.000 em 1844–45 e para £10.439.000 em 1854–55.

## Os dados

Os dados principais que aqui serão utilizados provieram de amostras de inventários *post mortem*, datados dos dois períodos mencionados e oriundos de três localidades: a cidade do Rio de Janeiro, os municípios de São João del Rei e de São José do Rio das Mortes, da província de Minas Gerais, e a vila de São Paulo (neste caso, uma amostra bem mais limitada). Doravante, referir-nos-emos ao conjunto dos dois municípios mineiros como São João/São José, a não ser nos momentos em que a referência for exclusiva de apenas um deles. Ao falarmos do Rio de Janeiro, estaremos reportando-nos ao antigo Município Neutro ou à Corte. Tomou-se cuidado no sentido de levantar amostras de tamanho suficiente dos inventariados em cada localidade. No Rio, para os dois períodos, selecionamos aleatoriamente um em cada três dos inventários custodiados pelo Arquivo Nacional. A amostra de São João/São José utiliza, também de maneira fortuita, um em cada dois inventários. Em função do baixo número de inventários para o período 1815–1825 em São Paulo, todos foram levantados. No total, foram compiladas as informações quantificáveis sobre bens de 1.220 inventários. Amostras adicionais foram coletadas para São José e Rio de Janeiro, no intuito de esclarecer a relação entre a riqueza dos inventariados e a das pessoas ainda vivas.

Embora já faça algum tempo que os inventários *post mortem* têm sido utilizados para estudar a riqueza no Brasil e em outros países, a metodologia permaneceu de certa forma tosca e pouco sistematizada<sup>8</sup>. A seleção, a decifração e a codificação de inventários envolve medidas iguais de engenho e ciência. A comparação entre os estudos existentes é dificultada pela diversidade das classificações, das escolhas de faixas do ta-

<sup>8</sup> O estudo clássico de Stein (1957) inicia-se em 1854 – bem posterior à independência – de modo que seus dados contribuem muito pouco para responder às indagações postas aqui. O autor informa que seus dados derivam de 93 inventários *post mortem* de proprietários de *plantation* e datados entre 1820 e 1888. Ver também Mattoso (1992). Trata-se de um estudo metodologicamente impressionante, mas que, ao apresentar os dados, utiliza categorias *ad hoc* em vez de porcentagens padronizadas ou decís. Assim, torna-se difícil usar os achados da autora para fins comparativos. *Metaforfoses* de Cardoso de Mello é também uma obra metodologicamente problemática, além de se iniciar no final do período enfocado aqui. Fala-se da inclusão e da exclusão de inventários sem que se saibam quais os critérios de escolha ou como eles puderam afetar os resultados. Na página 30, a autora manifesta que “os inventários que apresentavam baixo nível de riqueza, isto é, de pessoas muito pobres ou sem diversificação de bens

manho do patrimônio, das taxas de amostra e das periodizações. Ademais, no Brasil, os estudos embasados em inventários *post mortem* raramente se preocupam com as técnicas de prova de sensibilidade no que diz respeito à confiabilidade dos seus achados<sup>9</sup>.

O uso de inventários para medir a riqueza e as suas alterações ao longo do tempo envolve pelo menos três problemas básicos. Primeiro, por exemplo, o tamanho de uma amostra referente a um único ano quase sempre é pequeno demais para ser estatisticamente significativa e confiável. Em especial, os grandes proprietários não falecem regularmente ano por ano; daí que as amostras devem cobrir um conjunto de anos para captar, tanto um número significativo de inventariados, quanto um número razoável dos mais afortunados, em cada localidade<sup>10</sup>. Segundo, a população inventariada é quase certamente mais velha e rica que a população de proprietários vivos. Além disso, as posses de indivíduos mais pobres eram muito menos sujeitas à inventariação<sup>11</sup>. É necessário dar conta das distorções causadas pela idade e pela sub-representação das camadas mais pobres, se pretendemos comparar a composição e a distribuição da riqueza ao longo do tempo. Em suma, ao comparar os períodos 1815–1825 e 1850–1860, é preciso ter um conhecimento razoável de que a estrutura etária não se alterou radicalmente e de que a taxa de sub-representação dos pobres não mudou. Se estes fatores podem ser mantidos relativamente constantes, podemos proceder à comparação da riqueza em momentos distintos com mais segurança.

Há boas razões para acreditar que *ceteris paribus* seja uma suposição factível para a comparação dos dois períodos em foco. De 1815 a 1860, o Brasil não absorveu grandes números de imigrantes livres, embora tenha recebido um pequeno fluxo regular de portugueses e maciças

(por exemplo, quando havia somente uma casa), não nos interessavam [...]”. Finalmente, a análise de Fragozo acerca das posses de riqueza no Rio de Janeiro é prejudicada pelo tamanho diminuto da amostra. O autor baseia sua interpretação da riqueza do início do Oitocentos em apenas 36 observações (Fragoso, 1992: 255).

<sup>9</sup> A única exceção importante é Silveira (1985).

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre este problema, ver Lindert & Williamson (1980: 13).

<sup>11</sup> Nota-se, no entanto, que poderia acontecer justamente o oposto. Douglas Libby e Afonso de Alencastro Graça Filho encontraram evidência apontando para o desaparecimento de inventários relativos a homens e mulheres ricos em Minas Gerais no final do século XVIII e início do XIX Libby (2001: 296). Para uma excelente discussão dos problemas que se apresentam ao trabalhar com inventários *post mortem* e boas dicas sobre técnicas a serem empregadas, ver Lindert (1981).

importações de escravos africanos até 1850. As estruturas etárias da população livre não devem ter sofrido qualquer mudança dramática nas regiões enfocadas<sup>12</sup>. Ademais, não houve nenhuma mudança institucional que viesse a modificar a formalidade processual da declaração de patrimônio nos inventários e, portanto, pode-se supor que as posses dos mais pobres estivessem igualmente sub-representadas em ambos os períodos<sup>13</sup>. O fato de que os valores mais baixos observados não tiveram sua representação alterada significativamente entre os dois intervalos de tempo também constitui forte sinal de que não houve omissões em função de mudanças na inventariação de pequenos patrimônios, ou seja, não se detecta nenhuma tendência de os valores realmente pequenos desaparecerem das amostras ao longo do tempo. Apesar disso, mais adiante serão apresentados indícios sobre a sub-representação destas pequenas posses na amostra de inventários<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> A população da cidade do Rio de Janeiro, em 1822, era de aproximadamente 114.000, subindo para cerca de 198.000 habitantes em 1860. *Anuário estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, 1939/40, p. 1294. Em 1831–1832, a cidade de São João del Rei abrigava uns 8.000 indivíduos, enquanto a população da vizinha São José ficava em torno de 3.000. Quando do *Recenseamento de 1872*, a população do município de São João havia alcançado 28.008 (o centro urbano contava com 10.901 pessoas), na qual apenas 200 indivíduos eram estrangeiros. De acordo com o *Recenseamento*, São José (hoje, Tiradentes) tinha 7.670 habitantes. Os dados sobre a população em 1831–1832 foram extraídos de Paiva (1996). Para 1872, ver *Recenseamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1872, Província de Minas Gerais, pp. 1069–1073. O exaustivo estudo da demografia escrava em Bergad (1999: 107) contém pirâmides etárias para 1808 e 1872. Os achados do autor revelam uma saliência anômala na faixa de 21–30 anos de idade, que Bergad considera uma miragem estatística, causada pela sobrenumeração do grupo de 21–30, em conjunto com a subnumeração das crianças. Além disso, ele encontra forte evidência de mudanças na composição racial nas várias regiões de Minas, bem como na concentração de escravos.

<sup>13</sup> A mudança jurídica mais importante sobre a transmissão de bens ocorreu em 1847, com a promulgação de uma nova lei sobre os direitos de herança de filhos ilegítimos. Ao mesmo tempo que a lei facilitava aos pais o reconhecimento de filhos ilegítimos, exigia maiores formalidades para o reconhecimento e limitava as circunstâncias que o possibilitavam. Embora esta legislação fosse social e politicamente importante, não parece ter provocado muitas mudanças no volume e na distribuição de riqueza registrados em inventários após aquela data. Para uma boa discussão da lei e suas ramificações, ver Lewin (2003: 190–197).

<sup>14</sup> Por exemplo, o valor mínimo da categoria de riqueza pessoal registrado em São João, entre 1815 e 1825, era de 4\$000 e 8\$000 no período 1850–1860; no Rio de Janeiro, os valores correspondentes eram 4\$000 e 1\$000, respectivamente. Em ambos os casos, este patamar mínimo dos registros de riqueza era muito baixo.

O terceiro e último problema é que, mesmo que se possa ter certeza razoável de que a nossa coleta de dados seja de tamanho suficiente e razoavelmente representativa, ainda é preciso saber qual proporção de todos os domicílios que poderiam apresentar bens a serem arrolados. Infelizmente, esta questão só pode ser abordada indiretamente. No Sudeste do Brasil, entre 30 e 40% de todas as residências possuíam escravos e de 30 a 70% dos chefes de domicílios tinham casa própria (sendo que as porcentagens eram mais baixas para as cidades maiores). Como medida preliminar da ajustagem entre o patrimônio encontrado nos inventários e o de proprietários vivos, é possível comparar o tamanho mediano das posses de escravos dos dois grupos. Por exemplo, por volta de 1849, na cidade do Rio de Janeiro, cerca de 33% dos domicílios possuíam escravos e a posse média era de 11 cativos<sup>15</sup>. Na amostra de inventários relativa aos anos 1845-1849, a posse média entre os proprietários de escravos era de 12,35 (embora estejam incluídos na amostra escravos de propriedades rurais, fora da cidade)<sup>16</sup>. Assim, no Rio de Janeiro, os inventariados e os proprietários vivos tinham posses de tamanhos semelhantes<sup>17</sup>. O resultado é o mesmo para períodos anteriores e posteriores. As informações dos censos populacionais para São João/São José em 1831-32 (gentilmente cedidos por Clotilde Paiva) também nos permitem calcular a distribuição de escravos entre a população viva e compará-la com os resultados dos inventários dos falecidos. A posse média dos proprietários vivos, ou seja, os arrolados nas listas nominativas de população, era de 7,82 escravos<sup>18</sup>. Entre os inventariados, a posse média era de 11,6 – uma diferença a favor dos inventariados perfeitamente previsível e de dimensões nada excepcionais. Idealmente, seria possível sim-

<sup>15</sup> Calculado com base em Karash (1987: 67). Um cálculo parecido para o ano de 1821 revela uma média de 10,8 escravos nos domicílios com cativos. O tamanho das posses e a proporção de escravos na população total da cidade permaneceram relativamente estáveis.

<sup>16</sup> Inventários *post mortem*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. A amostra inclui 120 inventários, 95 senhores de escravos e 1.174 mancipios.

<sup>17</sup> De acordo com as amostras, em 1820, a posse mediana era de 8,44 e 10,25 em 1850-1854 e 11,46 em 1855-1860. Em todos estes casos, os escravos rurais de inventariados residentes na área urbana foram incluídos nas médias.

<sup>18</sup> Paiva, Clotilde Andrade. Banco de dados de listas nominativas de 1831-1832 para São José e de 1838 para São João. Note-se que os escravos não foram listados nominalmente na **cidade** de São João.

plesmente dividir a posse média dos proprietários vivos pela das amostras de inventários, chegando assim a um fator de conversão para corrigir a diferenças entre a riqueza de proprietários vivos e a dos inventariados. Infelizmente, a propriedade de escravos não serve para testar, de maneira acurada, os níveis de riqueza não-escrava<sup>19</sup>.

A melhor maneira de avaliar a relação entre as amostras de inventários e o patrimônio dos vivos é vincular inventários aos correspondentes chefes de fogos arrolados nas listas nominativas de São João/São José, datadas de 1831-1832. No intuito de maximizar o número de correspondências encontradas, todos os inventários de São José, datados de 1833 a 1839, foram examinados. Alguns fatores complicam o processo de identificação destas correspondências, inclusive a existência de pessoas homônimas e a omissão, nas listas, de muitos nomes e sobrenomes de indivíduos. No final, foram encontradas 58 correspondências claras<sup>20</sup>. Mesmo sendo um número relativamente pequeno, ainda assim serve para esclarecer a natureza da correlação entre inventariados e vivos.

É encorajador notar que, de modo geral, as informações dos inventários se correlacionam bem com as relativas às das listas nominativas. A amostra de inventários rendeu uma média de 8,74 escravos entre os falecidos, contra uma média de 7,42 entre os proprietários recenseados. As principais categorias profissionais também são representadas de maneira bastante equitativa entre inventariados e chefes de fogos, com exceção dos comerciantes, que aparecem aproximadamente duas vezes mais nos inventários *post mortem*. O achado mais importante, exposto na Tabela 1, no entanto, se refere à questão do viés etário. Seria de se

<sup>19</sup> A fim de testar a correlação entre a propriedade de escravos e o nível de riqueza geral, aplicamos simplesmente o método de regressão linear simples (OLS), adotando os valores em propriedade de escravos como variável independente, e as demais formas de riqueza como variável dependente na amostra de 1815-25. Os valores dos coeficientes de regressão se demonstraram baixos: 0,19 para o Rio de Janeiro e 0,47 para São João. A riqueza em escravos, portanto, só influiu em 19-47% da variação das outras formas de riqueza.

<sup>20</sup> As correspondências claras significam que os nomes eram exatamente os mesmos, excetuando-se dois tipos de casos. Primeiro, os nomes pouco usuais foram vinculados, mesmo quando algum nome não constava de uma das fontes. Segundo, em três casos vinculou-se o candidato mais provável de uma curta lista de nomes repetidos (2 em dois casos e 3 no outro). Tomou-se ainda o cuidado, nestes casos, de restringir as escolhas de correspondências aos indivíduos que não apresentavam maiores diferenças em termos de variáveis importantes (idade, riqueza, etc.).

esperar que a população inventariada fosse mais velha e mais rica que a população proprietária dos censos. De acordo com a amostragem de correspondências (que é pequena demais para se chegar a conclusões definitivas), ao ser analisada pelo viés etário, a riqueza mediana dos proprietários vivos ficaria reduzida a um terço. Abordada de outra forma, a amostra de inventários parece superestimar a riqueza total em cerca de 33%, quando relativa a uma hipotética amostra equilibrada em termos de faixas etárias. Afinal, pelo menos no caso de São José, os dados provenientes dos inventários parecem diferenciar-se pouco dos padrões observáveis entre os proprietários chefes de fogos. No entanto, a população inventariada era mais velha (em média de 11 anos) e, portanto, mais rica que os proprietários recenseados.

Realizou-se para o Rio de Janeiro uma análise semelhante, com 49 casos para os quais aparecem as idades na década de 1880 (de um total de 143 casos). Como seria de esperar, a faixa etária mais jovem (de 15 a 39 anos de idade) possuía, na média, menos riqueza que os indivíduos nas faixas de maior idade. Ao multiplicar cada grupo etário na amostra por seu peso aproximado na população recenseada total, o resultado foi uma redução de 23% na riqueza inventariada mediana após os ajustes<sup>21</sup>. Calculou-se esta porcentagem com base em uma pequena amostra de dados oriundos de um período posterior ao do presente estudo e, assim, deve ser vista como uma aproximação bastante tosca e levada em consideração junto com os resultados encontrados para São José.

A interpretação correta das amostras de inventários *post mortem* depende das indagações a elas dirigidas. Se pretendemos utilizar os inventários para estimar a riqueza dos chefes de fogo vivos, é preciso corrigir o viés etário e as demais limitações das amostras. Se, por outro lado, quisermos fazer comparações ao longo do tempo, poderemos descuidar-nos do viés etário (desde que permaneça constante) e atentaremos para as questões relacionadas com a representatividade geográfica, o estado civil, o *status* profissional, etc. Por fim, se a nossa intenção for a de avaliar os níveis de desigualdade, é preciso saber como o viés etário e a existência

<sup>21</sup> Para evitar agrupamentos muito pequenos, este cálculo foi baseado em três, em vez de quatro, categorias etárias. A riqueza mediana entre a faixa mais jovem (15-39, N = 16) era de 5:065\$, para o grupo de média idade (41-59, N = 18), 17:235\$, e para a faixa mais idosa (60+, N = 15) ficou em 13:598\$. Nesta amostra, a idade média dos inventariados era de 48 anos.

de domicílios sem qualquer riqueza afetam a distribuição da riqueza baseada nas amostras que recolhemos. Neste caso, um ponto central é saber quão representativas e estáveis são as amostras de inventários e, entre os vivos, quantos domicílios/fogos possuíam uma riqueza mensurável que provavelmente seria inventariada quando da morte do chefe.

Entre os vivos, de 30 a 40% dos fogos possuíam pelo menos um escravo; nas amostras de inventários, de 80 a 90% dos inventariados foram registrados como proprietários de escravos. Ao ajustar pelo viés etário e outros, parece razoável sugerir que as amostras de inventários possam jogar luz sobre aquela parcela dos fogos (cerca de um terço) que possuíam cativos. Outros 10 ou 20% dos inventários nas amostras, no entanto, registraram riqueza, mas não a posse de escravos. É óbvio, portanto, que a incidência de riqueza entre os vivos se estendia para além do critério da propriedade em escravos. Uma alternativa promissora ao critério de propriedade de escravos como parâmetro de mensurar a riqueza entre a população recenseada encontra-se nos lançamentos da décima urbana. No caso de São João, tem-se o arrolamento deste imposto para o ano de 1826. De acordo com este valioso documento, 68% dos domicílios com habitantes identificáveis eram ocupados por seus proprietários (incluindo os ocupados por herdeiros, viúvos e viúvas) e 32% eram alugados<sup>22</sup>. Para o Rio de Janeiro, analisaram-se os lançamentos para o ano de 1849. Como seria de esperar, na capital do Império a proporção de arrolados residindo em casas próprias era menor – aproximadamente 37% – e a proporção implícita de residências alugadas, mais alta – cerca de 63%<sup>23</sup>. Baseando-se nos registros de décimas urbanas e nos dados sobre a propriedade em escravos, pode-se aventar

<sup>22</sup> Lançamentos de décima urbana da Vila de São João del Rei, 1826. Museu Regional de São João del Rei (MRSJDR). O autor gostaria de agradecer ao Prof. Afonso de Alencastro Graça Filho e a Maria de Fátima Vasconcellos, atual Diretora do Museu Regional de São João del Rei, que gentilmente cedeu o seu levantamento desta fonte.

<sup>23</sup> Décima Urbana, Rio de Janeiro, 1849, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Um total de 16.175 propriedades com endereços individuais foi arrolado nas listas deste imposto. Foi possível identificar aproximadamente 6.000 proprietários. Esta última cifra é aproximada, porque um número significativo de nomes são suficientemente similares para serem considerados ambíguos (correspondências possíveis, porém não definitivas), enquanto outros podem ser homônimos. Ademais, um pequeno número de instituições religiosas era proprietária de 10% de imóveis

que, nas três localidades aqui estudadas, metade dos fogos/domicílios possuía ao menos alguma riqueza (no mínimo, uma casa ou um escravo). Isto, na medida em que as nossas amostras são amplamente representativas da população viva e não se limitam a uma pequena elite<sup>24</sup>.

Finalmente, mesmo que as amostras sejam consistentes e possamos corrigir eventuais distorções, é problemático tratar seres humanos como uma forma de propriedade. Por um lado, os brasileiros oitocentistas certamente consideravam escravos como propriedade e a riqueza em escravos perfazia entre 14 e 40% de toda a riqueza registrada nos inventários analisados. De outra maneira, quando consideramos as questões relacionadas à desigualdade econômica, é preciso lembrar que escravos eram também pessoas. Isto não quer dizer que possamos ou devamos “abolir” retroativamente a escravidão através da omissão das nossas análises da propriedade em escravos. Significa, no entanto, que devemos problematizar a discussão sobre seres humanos como propriedade, no intuito de não cometer o erro de achar que as construções sociais sejam constantes da História. Escravos eram riqueza apenas na medida em que a sua sociedade assim os tornava. Paradoxalmente, como o presente ensaio demonstra, a instituição da escravidão reduzia drasticamente o potencial e a liberdade da população cativa, enquanto engendrava uma distribuição de riqueza mais eqüitativa entre a população livre.

### A riqueza agregada

De acordo com todos os dados, tanto no Rio de Janeiro quanto em São João/São José, a riqueza real crescia em taxas substanciais entre 1815

---

urbanos do Rio. Não obstante estas limitações, a cifra de 6.000 proprietários individuais é uma estimativa conservadora, baseada na vinculação do maior número possível de nomes bastante parecidos, sem permitir que se chegue a uma quantidade exagerada de proprietários individuais. Trata-se de uma estimativa rudimentar. Pressupõe-se que cada proprietário ocupe um único endereço e alugue o resto de suas propriedades a pessoas sem bens de raiz urbanos. Não se leva em conta a possibilidade de ocupação múltipla de propriedades próprias ou alugadas. Em 1849, a ocupação múltipla era limitada, mas, com o surgimento dos cortiços ao longo da segunda metade do século XIX, nossa suposição se torna cada vez mais problemática.

<sup>24</sup> A suposição de que 50% dos domicílios demonstravam não possuir qualquer riqueza é considerada um limite mínimo extremo por Silveira (1985: 106 e 110).

e 1860. Para São Paulo, a taxa de crescimento teria sido maior ainda, embora talvez esteja sobreestimada em função do tamanho reduzido da amostra e do baixo nível de riqueza mediana encontrado para o primeiro período enfocado. A Tabela 2 apresenta seis medidas da riqueza média para Rio de Janeiro e São João/São José e duas medidas para a amostra de São Paulo. Embora haja, dependendo da medida utilizada, uma variação significativa na taxa de crescimento anual implícita, todos os resultados apontam para taxas acima de 1% por ano.

Ao seguirmos a obra de Alice Hanson Jones, a preferência aqui recai sobre a riqueza bruta (medida 3) em vez das cifras líquidas (medida 2), que incluem débitos e créditos. Como lembra Jones, em princípio, os débitos e os créditos acabam cancelando-se, quando se leva em consideração a sociedade como um todo (Jones, 1980: 365). Ademais, não se pode ter certeza quanto à solvência de débitos e créditos. Há indícios de que certas dívidas eram irresgatáveis<sup>25</sup>. Finalmente, embora seja provável que os centros urbanos fossem credores líquidos das áreas rurais, o que explica o fato de que os créditos superavam os débitos em quase todos os períodos estudados (ver Tabela 3), os dados ainda não permitem corroborar esta hipótese. As medidas 2 e 3, representando a riqueza líquida e física respectivamente, apontam para um crescimento da riqueza, que foi deflacionada por um duplo índice de preços e da taxa de câmbio<sup>26</sup>.

Mesmo que se considere a estimativa média da riqueza bruta em valores reais – medida 3 – como a mais exata, também é possível deflacionar as estimativas de riqueza ao convertê-las em libras esterlinas, como se faz

---

<sup>25</sup> A existência de inventários líquidos negativos nas amostras é um indício. Claramente, estas dívidas não foram compensadas. No Rio de Janeiro da década de 1850, os débitos não pagos correspondiam a 5% de todos os débitos da amostra. Também havia reclamações da parte de inventariantes sobre a insolvência de dívidas ativas dos falecidos. Finalmente, um exame casual dos registros de créditos a receber revela que um pequeno, mas não insignificante, número de casos nos quais uma fração da dívida total era paga – ou seja, alguns créditos foram apenas parcialmente resgatados.

<sup>26</sup> A taxa de câmbio é um substituto razoável diante da inexistência de um índice deflator para as séries de preços, sendo aplicável para o Brasil ao longo do século XIX e é comumente praticado na literatura com base na equivalência do mil-réis ao pence da libra esterlina inglesa. O índice de poder de compra criado por Leff (com base na taxa de câmbio e nos preços de atacado da Inglaterra) é estatisticamente muito semelhante à comparação mil-réis/pences da libra esterlina inglesa. Sobre o índice de poder de compra mencionando, ver Leff (1982: appendix table 4).

na medida 4. Tal procedimento tem vantagens e desvantagens. Do lado positivo, contorna-se a questão da confiabilidade e da comparabilidade entre as diferentes regiões dos índices de preços, utilizados nas medidas 2 e 3. Especificamente, a taxa de inflação calculada por Lobo para o Rio de Janeiro é muito mais alta que qualquer outra medida, mesmo quando se utiliza a série mais razoável da autora. O resultado é um rebaixamento nas estimativas do crescimento econômico na Corte o que faz com que as comparações com São João/São José se tornem pouco confiáveis<sup>27</sup>. Diferentemente de Lobo, Graça Filho apresenta dados convincentes sobre preços em São João, incluindo um leque mais amplo de mercadorias e um componente contemplando bens importados<sup>28</sup>. Por isto, pode-se concluir que as estimativas da riqueza líquida e física para São João/São José são as mais acuradas de todas. Do lado negativo, as estimativas em libras esterlinas não levam em conta todo o impacto da conhecida alta taxa de inflação no Brasil, no período que estamos enfocando. Em última análise, os valores em libras e os expressos em mil-réis representariam, respectivamente, os limites máximos e os limites mínimos para a conversão da riqueza em valores reais no Sudeste do Brasil.

Uma quinta medida procura resolver o problema de sub-representação de maneira radical, ao eliminar todos os inventários valendo menos que £100. Quando comparada com toda a amostra, no entanto, esta medida pouco ou nada modifica as taxas de crescimento anual. Mais pertinente ainda é o fato de que a proporção de inventários *post mortem* avaliados em menos de £100 permaneceu estável durante os dois períodos examinados: no Rio de Janeiro, 86% entre 1815 e 1825, e 93% de 1850 a 1860; e, em São João/São José, respectivamente 86 e 83%. Por esta medida, a sub-representação dos inventários de menor monte não mudou significativamente ao longo do tempo<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> O problemas do índice de preços de Lobo já foi notado por outros autores. Para críticas explícitas, ver Mattoso (1992: 557-560) e Perez & Suzigan (1976: 112-113). O índice Lobo foi usado recentemente, substituindo-se o ano base de 1856 por Summerhill (2003: 86-90), que também considerou inaplicável a ponderação com base no ano de 1856.

<sup>28</sup> Afonso de Alencastro Graça Filho gentilmente cedeu ao autor o seu banco de dados das séries de preços, apresentadas em forma gráfica em Graça Filho (2002).

<sup>29</sup> Pode-se perguntar aqui, baseado em outras medidas, qual seria o grau de acuidade das amostras de inventários em estimar o provável nível de riqueza *per capita* no Rio de Janeiro. Um simples cálculo baseado nos preços de escravos e casas sugere

Mesmo tendo compensado pelo problema potencial de mudanças nos níveis de sub-representação, ainda é possível que, de alguma forma, as amostras se diferenciem na sua composição. Ao isolar inventariados casados, a medida 6 dá mais provas da coerência e da estabilidade às nossas amostras ao longo do tempo. Primeiro, os inventariados casados correspondem a proporções semelhantes de todos os inventariados em ambos os períodos; segundo, o valor mediano dos seus inventários e as taxas de crescimento dos mesmos também são parecidos com os da amostra como um todo. Dado que, na maioria dos casos, a legislação sobre herança estipulava a divisão eqüitativa dos bens entre o esposo sobrevivente e os herdeiros legítimos<sup>30</sup>, tal resultado é, de fato, bastante significativo. Desta forma, os inventários de indivíduos casados representavam toda a riqueza familiar, enquanto, de modo geral, os inventários de viúvos e viúvas representavam apenas a metade do patrimônio da família. A consistência da proporção de inventariados casados e a consonância da sua riqueza mediana com a dos inventários pesquisados emprestam confiabilidade à noção de que as amostras são consistentes ao longo do tempo.

Caso o leitor queira converter os valores expostos na Tabela 2 em riqueza por chefes de domicílio vivos, a seguinte regra é suficiente (embora necessariamente os resultados sejam apenas aproximações): a riqueza por chefe de domicílio vivo deve igualar-se, aproximadamente, a 0,7 vezes a riqueza inventariada mediana (derivada da Tabela 1 e da nossa discussão), dividida pelo tamanho mediano do domicílio e, então, multiplicada pela razão estimada de riqueza por domicílio. Para São João/São José, sugere-se uma razão de 0,7 e, para o Rio, 0,5. A razão mais baixa para o Rio reflete o fato de que, na Corte, menos habitantes possuíam casa própria e, portanto, o número implícito de domicílios sem riqueza deve ter sido mais alto. Ao utilizar tais multiplicadores,

que nossas estimativas chegam bem perto da realidade. Por volta de 1821, havia 10.943 casas e 86.323 residentes na grande Rio de Janeiro (Karash, 1987: 61), incluindo 40.376 escravos. Os valores medianos de escravos e casas registrados nos inventários eram de 114\$ (N = 153) e 1.603\$ (N = 175), respectivamente. Conseqüentemente, o valor total, *per capita*, de imóveis urbanos e de escravos era de  $(10.943 \times 1.603) + (40.376 \times 114) / 86.323 = 257$  mil-réis.

<sup>30</sup> Para uma discussão acerca da legislação sobre herança e seus efeitos na posse de riqueza, ver Frank (2004). A evolução das práticas de herança é mais bem estudada nos dois volumes de Lewin (2003).

chega-se à conclusão de que, por volta de 1820, a riqueza nominal mediana por chefe de domicílio vivo teria sido 328\$.

Como já se observou, a suposição de que 50% dos domicílios do Rio de Janeiro não tivessem riqueza alguma talvez seja exagerada. Ao empregar os cálculos de Jones para a estimativa das riquezas não inventariadas, pode-se imaginar que a população era dividida em dois grupos: os inventariados e os não inventariados. Ao trabalhar com inventários do período colonial norte-americano, a autora sugere uma razão de riqueza não inventariada de 0,25, ou seja, estima-se a riqueza dos não inventariados em um quarto da riqueza média da população inventariada (Jones1980: 349). A técnica de Jones é complicada e não se pretende repeti-la aqui. De qualquer forma, a simples aplicação desta razão aos 50% de domicílios postulados até aqui como sendo sem riqueza alguma aumenta a estimativa da riqueza mediana por chefe de domicílio vivo para 367\$ nominais em 1820.

Nem o Rio de Janeiro, nem São João/São José podem ser caracterizados como pobres no início da independência do Brasil; até mesmo a pequena amostra para São Paulo indica um nível de riqueza razoavelmente alto. Ademais, todas estas três localidades experimentaram aumentos substanciais de riqueza ao longo das quatro primeiras décadas do Império. Mas tais taxas de crescimento teriam sido comuns no resto do Brasil? Para as demais regiões do Sudeste, afetadas pela consolidação dos mercados e do comércio e especialmente pela implantação da cafeicultura, a resposta quase certamente é afirmativa. O estudo de Renato Marcondes sobre o município de Lorena, no Vale do Paraíba paulista, indica um crescimento extremamente rápido ao longo do mesmo período. Embora o tamanho da amostragem de inventários do autor seja reduzido, os dados extraídos de inventários *post mortem* revelam um aumento da riqueza mediana de £656 em 1830-1839 para £2.614 em 1855-1864 (Marcondes, 1998: 311-318)<sup>31</sup>. É claro que este crescimento foi alimentado pelo café.

Fora da região Sudeste, como seria de se esperar, os dados de Kátia Mattoso para Salvador sugerem que as taxas de crescimento em outras regiões brasileiras eram muito mais baixas. De acordo com a cifras da

<sup>31</sup> As observações inventariadas por período nestes cálculos eram, respectivamente, 44 e 27.

autora (e na suposição de que nossos cálculos sejam corretos), o valor médio nominal dos inventários de Salvador – aproximadamente £2.000 para o período 1801-1820 – era um pouco maior que o do Rio de Janeiro para os anos 1815-1825 (Mattoso, 1992: 613-616)<sup>32</sup>. Como não se teve acesso aos dados brutos de Mattoso, pode-se estimar com alguma segurança que o nível de riqueza no Rio de Janeiro era semelhante ao de Salvador. E, de novo, podemos argumentar que esta equivalência de riqueza para as duas principais cidades brasileiras nas vésperas da independência é consistente com nossas expectativas. O importante é notar que, enquanto o Rio de Janeiro experimentou crescimento rápido até a década de 1850, o mesmo não se deu em Salvador. Os dados de Mattoso indicam que o valor médio dos inventários permaneceu essencialmente o mesmo até o período 1845-1860: £2.083<sup>33</sup>.

Em resumo, como era previsível, a riqueza nas grandes cidades litorâneas superava a das vilas interioranas. No nosso primeiro período, a riqueza em São João/São José ficava, em média, em torno de dois terços do nível do Rio de Janeiro, proporção que diminuiria para a metade nos anos 1850. O baixo nível de riqueza encontrado para São Paulo, em 1820, é surpreendente. Não obstante, a amostra para este período é pequena demais (de 62 inventários) para se chegar a conclusões mais seguras. De acordo com uma tiragem maior de inventários, ao adentrar a década de 1850, a riqueza em São Paulo se havia aproximado da de São João/São José. Em meados do século, as maiores taxas de crescimento do Sudeste colocaram o Rio de Janeiro bem à frente de Salvador, enquanto os níveis de riqueza das cidades menores do interior do Sudeste rapidamente se equiparavam aos da capital baiana.

### Entendendo as mudanças na distribuição da riqueza

Basicamente, há três explicações para as mudanças nos padrões de posse da riqueza no período em tela. Estas explicações não se excluem mutuamente e, com efeito, provavelmente interagem entre si. Primeiro, é possível que a acumulação de riqueza durante nosso período resultas-

<sup>32</sup> O valor nominal era de 10.025\$000, que foi convertido para libras pela taxa de câmbio de 1822, que era de 4,898.

<sup>33</sup> Convertido pela taxa média de câmbio de 8,93 mil-réis a libra esterlina.

se, em parte, do aumento do comércio internacional associado à revolução dos transportes e à integração cada vez maior dos mercados mundiais. Presumivelmente, tal transformação teria tido seu efeito maior em conjunto com o primeiro grande sobressalto das exportações na década de 1850. O comércio pode ter tido conseqüências substanciais, tanto para as taxas agregadas de crescimento econômico, quanto para as estruturas sociais. O aumento das exportações resultou na expansão do setor da economia que Leff denominou de “avançado” (Leff, 1982: 63). Neste sentido, Jeffery Williamson argumenta que a economia atlântica do Oitocentos engendrou poderosas transformações nas estruturas sociais, tanto nas sociedades ricas em mão-de-obra, quanto nas ricas em terras. A desigualdade recuou nas sociedades ricas em mão-de-obra graças ao aumento do comércio e à imigração. Em contraste, nas sociedades ricas em terras, a desigualdade tendia a aumentar na medida em que os bens imóveis de um reduzido grupo de grandes proprietários se valorizaram muito mais rapidamente que outras formas de riqueza (O’Rourke & Williamson, 1999).

Também é possível que mudanças institucionais tenham alterado os padrões de distribuição da riqueza e conduzido ao crescimento. Esta abordagem, associada a Douglas North, atribui às instituições um papel determinante na estrutura e no crescimento econômicos (North, 1990). Mudanças institucionais posteriores à independência do Brasil poderiam ter influenciado a distribuição da riqueza após 1822 (Costa, 2000)<sup>34</sup>. O poder e o alcance efetivo do Estado brasileiro aumentaram no final dos anos 1830 e na década de 1840, culminando em um regime forte, encabeçado por um monarca ativo: D. Pedro II.)<sup>35</sup>. O aumento do poder estatal preparou o terreno para uma série de mudanças importantes nas bases legais e nas instituições econômicas do país. O Parlamento reagiu à supressão do tráfico negreiro internacional em 1850, ao modificar as garantias dos direitos à propriedade em favor dos (grandes) proprietá-

<sup>34</sup> A autora acena para a importância destas mudanças institucionais do Estado, mas sua influência teria sido limitada às capitais provinciais litorâneas.

<sup>35</sup> Para uma boa discussão da importância do Partido Conservador (o Partido da Ordem) na consolidação do regime, ver Needell (2000). Uma das melhores descrições do reino de D. Pedro II e sua emergência como uma grande força política encontra-se em Barman (1999: capítulo 4).

rios de terras e ao promulgar um Código Comercial “moderno”, que encorajava a formação de sociedades por ações<sup>36</sup>.

Os efeitos destas mudanças institucionais se fizeram sentir imediatamente na cidade do Rio de Janeiro. No primeiro ano do código novo, as ações de apenas três companhias foram negociadas na bolsa em somente dez ocasiões. Em 1855, quando se chegou perto do auge do primeiro ciclo da formação de firmas e da negociação de ações, havia 16 companhias envolvidas em 113 transações de seus títulos (Levy, 1978: 107). Entre 1850 e 1865, o capital total de todas as companhias registradas e com ações negociadas somava 237.448 contos (Levy, 1978: 78-79). De acordo com os estudos tradicionais, havia uma conexão direta entre a supressão do tráfico negreiro e a emergência de mercados financeiros mais sofisticados, pois o capital estaria em busca de opções alternativas de investimento (Levy, 1978: 77 e Costa, 1982). A partir da década de 1830, o amadurecimento do Estado Nação brasileiro criaria um mercado ampliado para os títulos públicos. Em 1827, aproximadamente no final do primeiro período aqui examinado, a dívida pública interna totalizou 5.007 contos; em 1860, as apólices da dívida pública montavam a 61.500 contos (Levy, 1978: 55). Como se verá, esta expansão dos negócios em ações e títulos públicos é refletida nitidamente na composição dos vários tipos de bens que integravam a riqueza nas nossas amostras de inventariações.

Um terceiro fator, provavelmente intimamente ligado aos outros dois, foi o crescimento interno, associado ao desenvolvimento de mercados, da especialização regional e das redes de crédito. Embora haja alguns poucos estudos de caso sobre este tipo de crescimento, ele é a variável que tem merecido o menor grau de atenção na literatura pertinente<sup>37</sup>. Numa série de publicações recentes, João Fragoso apresenta várias interpretações revisionistas acerca da cronologia e da amplitude do crescimento no Sudeste brasileiro. Em particular, o autor argumenta que, na primeira

<sup>36</sup> É ampla a literatura que trata das razões que embasaram a nova Lei de Terras e seus efeitos. Para uma abordagem marxista, inspirada nos modos de produção, ver: Martins (1997: 11-24 e 151-152). Para uma abordagem neoclássica, ver Leff (1982: 17 e 69). A adoção do Código Comercial de 1850 é discutida, em conexão com a emergência da bolsa de valores do Rio de Janeiro, em Levy (1978: 75-76).

<sup>37</sup> Sobre as fontes internas de crescimento em São Paulo, ver Kusnezof (1986); para o crescimento interno de Minas Gerais, ver Libby (1988); para o Rio de Janeiro, ver Fragoso (1992).

metade do século XIX, emergia, no Rio de Janeiro, uma elite mercantilista, que teria sido associada sobretudo à “acumulação endógena” – um ponto bastante pertinente para a presente análise. Para Fragoso, esta terminologia significa que a elite se engajava naquilo denominado, em termos marxistas, como a extração de excedentes, dentro de um contexto que permanecia essencialmente pré-capitalista. O argumento fundamental é o de que a emergência de uma elite mercantilista local e a expansão do mercado interno conduziram ao crescimento econômico ao longo da primeira metade dos Oitocentos (Fragoso, 1992: 27-28 e 147). As pesquisas do autor sobre o comércio de cabotagem colocam em questão a antiga concepção do Brasil como uma série de enclaves orientados para a exportação e cercado por um mar de produção voltada exclusivamente para a subsistência. Com efeito, os achados do autor indicam que o comércio com outras cidades litorâneas constituía a maior parte dos negócios conduzidos pelos mais importantes mercadores da praça do Rio de Janeiro (Fragoso, 1992: capítulo 13). Esta revelação claramente demonstra que a importância do “motor” da exportação internacional era bem menor para o processo de crescimento interno do que se pensava até hoje<sup>38</sup>.

Enquanto mercados se formavam ou se expandiam, produtores modificavam seu comportamento e a alocação de seus recursos – e é assim mesmo em casos como o da região São João/São José, onde, aparentemente, teria faltado a “potência” (por exemplo, crescimento baseado em exportações) para responder a tais estímulos. No interior do país, especialmente onde a cafeicultura foi de pouca importância, este tipo de crescimento é fundamental para uma explicação das taxas de acumulação de riqueza. Com efeito, uma vez que boa parte da história de “Brasil estagnado” se centrou na natureza tardia do *boom* exportador, é o lado interno da equação de crescimento que precisa ser mais bem elaborado. É nosso argumento aqui, portanto, que algumas áreas do Sudeste brasileiro possuíam uma capacidade substancial para crescimento econômico interno e para acumulação de riqueza, sem ter recurso da inovação tecnológica ou de grandes aumentos de capitais. Tal argumento se embasa, em boa parte, na evidência empírica e teórica acerca do crescimento interno dos Estados Unidos e da Europa, entre 1700 e 1850<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> Leff (1982) utiliza o termo motor como uma metáfora para o “avançado” setor de exportação no Brasil.

Jan de Vries resume muito bem esta noção, quando define a chamada “Revolução Industrial” que se processou desde meados do século XVII até o início do século XIX e que “se constituía por duas transformações: a redução do tempo dedicada ao lazer em função do aumento da utilidade marginal de renda e a re-alocação do trabalho da produção de bens e serviços para consumo direto para a produção de mercadorias destinadas ao mercado” (Vréis, 1994). Em resumo, através dos incentivos de preços, as forças de mercado conseguiam reordenar a produção a nível domiciliar e aumentar a riqueza através das trocas e da especialização, bem como os ganhos de produtividade doméstica a elas associados. Com certeza, o Sudeste do Brasil se distinguiu, de várias maneiras, do exemplo holandês de Jan de Vries: suas instituições e a disponibilidade de recursos eram radicalmente diferentes, enquanto a imperfeição das instituições e a pobreza do capital humano contiveram os incentivos ao crescimento da produtividade engendrados pelo mercado. Mesmo assim, pelo menos nas primeiras décadas do século XIX, havia espaço para o crescimento<sup>40</sup>.

Na medida em que a região de São João/São José pode ser considerada como representativa dos vários municípios do sudeste de Minas Gerais e até onde nossos limitados dados sobre São Paulo permitem, pode-se dizer que é forte a evidência de que a riqueza crescia rapidamente no interior do Sudeste. Afinal, como nota Fragoso, até a década de 1830 Minas constituía um dos mais importantes mercados para os escravos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro. Uma economia capaz de absorver 43% das “peças” africanas transportadas por via terrestre a partir do Rio teria de ser forte e em plena fase de

<sup>39</sup> Ver, por exemplo, Rothenberg (1992). O argumento da autora é baseado na ideia de que mercados dão incentivos (mecanismos de preços) para que os domicílios aloquem seus recursos de maneira mais eficiente e incrementem sua produtividade, mesmo na ausência de avanços técnicos ou de infusões de capital. Para um outro estudo cuidadoso deste tipo “industrial” de crescimento interno, ver Weiman (1987: 627-647).

<sup>40</sup> É possível que este tipo de crescimento tenha sido comum em boa parte do Novo Mundo, durante a primeira metade do século XIX. Johnson (s/d), por exemplo, demonstra que a riqueza mediana na província de Buenos Aires aumentou por um fator de cinco entre 1829/30 e 1855/56. O autor adverte que estas cifras são sujeitas a revisões. De qualquer forma, no entanto, é bastante claro que, na Argentina, a posse de riqueza também cresceu vigorosamente no período aqui em tela.

crescimento (Fragoso, 1992: 146-147 e Martins Filho & Martins, 1983). As fontes deste crescimento podem ser encontradas nas diversificadas economias locais e regionais, as quais se vinculavam às mais amplas economias do Sudeste e do Sistema Atlântico. Ao conjugar os achados dos irmãos Martins, de Douglas Libby e de Laird Bergad acerca do dinamismo econômico de Minas Gerais com os dados de Afonso de Alencastro Graça Filho, atentando para o tamanho e a complexidade das redes informais de crédito, começa-se a vislumbrar a economia interiorana sob um prisma bem dinâmico.

Primeiro, com relação à boa parte do território mineiro, Libby encontrou evidências convincentes apontando para um vigoroso setor manufatureiro, encabeçado por indústrias têxteis e de ferro (Libby 1988: 153-155 e 196-214). A produção têxtil, em particular, era associada a pequenas unidades, mormente às domésticas, que empregavam majoritariamente mulheres e crianças (Libby, 1988: 196-212 e Kusnezof, 1986: 150). Tais atividades aumentavam a participação total na força de trabalho e contribuía para a integração de domicílios nas trocas de mercado e no comércio de longa distância<sup>41</sup>. As exportações de panos de algodão, sobretudo para o Rio de Janeiro, representaram 17% das exportações provinciais por volta de 1820 e 9% em 1844 (Bergad, 1999: 40). Um aumento semelhante nas manufaturas têxteis foi encontrado por Kusnezof para São Paulo durante aproximadamente o mesmo período (Kusnezof, 1986: 150). O crescimento econômico interno não se limitou à expansão de mercados locais e regionais, incluía também a expansão do crédito, da moeda em circulação e de depósitos, os quais lubrificavam os mecanismos de troca.

Graça Filho apresenta evidência cristalina de que, ao longo da primeira metade do século XIX, o crédito constituía uma fonte importante de financiamento para a economia introspectiva de São João del Rei. O autor examina, por exemplo, os inventários de quatro grandes “capitalistas” (protobanqueiros) falecidos na década de 1850; possuíam um

<sup>41</sup> Em um artigo recente, Nicola Verdon argumenta que, ao não levar em conta a contribuição de mulheres e crianças à renda domiciliar, tende-se a distorcer a impressão que se tem dos padrões de vida e da atividade econômica nas sociedades pré-industriais. Segundo a autora, por exemplo, as mulheres e as crianças perfaziam nada menos que 37% da renda familiar na Inglaterra de 1834. Ver Verdon (2002: 316-318).

total de 1.125 contos em créditos emprestados a 1.355 devedores, dando um valor mediano de 830\$000<sup>42</sup>. Ao presumir que este crédito era estendido a toda a região em torno de São João, o crédito médio por domicílio teria ficado na ordem de 145\$269 – um valor nada desprezível<sup>43</sup>. É óbvio que havia outros atores – os menores – neste teatro, de modo que a quantidade real de crédito disponível teria sido consideravelmente maior.

As pesquisas de Graça Filho acerca da escala das atividades de mercado e da provisão de crédito em São João, tal como resumidas na Tabela 4, sublinham a amplitude e o dinamismo consideráveis das forças de mercado nesta parte de Minas Gerais. Devem ser notadas em especial as taxas anuais de crescimento indicadas para cada componente deste mercado regional. Mesmo ao recalculá-las em uma base *per capita* (ou seja, subtraindo 2,79%, no sentido de levar em conta o crescimento anual da população livre), os resultados revelam um crescimento rápido do comércio e do crédito.

Examinar mais de perto os tipos de crédito estendidos pelos maiores emprestadores de São João pode melhorar nossa compreensão do vasto mercado informal de crédito<sup>44</sup>. Essencialmente, havia duas formas básicas de crédito. A primeira e mais freqüente (embora menos importante em termos do valor total) era a compra por crédito (dívidas de rol, dívidas de livro de assentos, contas). Grandes e pequenos empresários vendiam bens a crédito. De acordo com nossa análise, o valor mediano destes pequenos empréstimos a curto prazo, concedidos pelos grandes empresários emprestadores, era de 41\$ por transação (N = 570). A segunda forma de empréstimo era em notas de crédito e o adiantamento de dinheiro (às vezes especificado como crédito com juros). O valor médio das quantias tomadas em notas de crédito era bem mais alto que o crédito concedido para a compra de mercadorias: a transação mediana geralmente se fixava entre 1:000\$000 e 4:000\$000, dependendo do “capitalista”.

<sup>42</sup> Graça Filho, *apud* Libby, 2001: 296.

<sup>43</sup> Paiva (1996: 52) registra a população da zona sudeste mineira de 69.098. O banco de dados por ele criado indica um total de 7.744 domicílios nos municípios de São João e São José.

<sup>44</sup> Amostra de créditos e débitos obtida junto aos inventários dos principais emprestadores de São João del Rei; MRSJDR: Francisco José Santiago (N = 506), Francisco José Dias (N = 354), Francisco da Paulo Almeida (N = 665), Manoel José Baptista (N = 155), Manoel José Machado (N = 41) e Carlos Baptista (N = 111).

Uma amostra de 265 empréstimos deste tipo revela uma média de crédito de 2:307\$000. De modo geral, a quantia média de crédito concedida nesta categoria, freqüentemente com a cobrança de juros, era parecida com a média encontrada por Renato Marcondes para Lorena, São Paulo<sup>45</sup>. Embora o enfoque do autor recaia sobre apenas duas localidades, as semelhanças sugerem que nossos achados para São João del Rei provavelmente refletem fielmente as práticas de concessão de empréstimos por parte dos empresários do crédito nas zonas dinâmicas do Sudeste.

Embora a maior parte dos empréstimos fosse concedida pelos grandes empresários do crédito, o mercado de crédito da região São João/São José também continha uma segunda camada de redes locais menores. Para os distritos rurais do município de São José, foi possível elaborar uma amostra, centrada nas décadas de 1830 e 1840, de 31 emprestadores locais e 915 transações de créditos, sendo que alguns tomadores de empréstimo apareciam mais de uma vez nas fontes<sup>46</sup>. O valor do crédito concedido pelos emprestadores “locais” nos vilarejos de São José era bem menor que o dos empresários do crédito, sendo que o empréstimo mediano foi de 80\$000. Quando das suas respectivas inventariações, os emprestadores locais haviam concedido uma média de 2:364\$000. O perfil dos emprestadores e dos tomadores de empréstimos locais era distinto do perfil dos indivíduos envolvidos nas transações maiores realizadas no âmbito mais urbano. Os emprestadores locais concediam crédito a um número relativamente pequeno de pessoas (um número mediano de 29,5) e geralmente a quantia era baixa, com um valor médio de 9\$360 – aproximadamente equivalente ao salário mensal de um trabalhador sem qualificação.

Só se pode concluir que, ao adentrar a década de 1850, a praça de São João, em particular, constituía-se em um sofisticado centro regional comercial e financeiro: a abundância de crédito, o aumento da riqueza real e a diversificação econômica são sinais do forte crescimento interno desta região mineira na primeira metade do século XIX (Paiva, 1996:

<sup>45</sup> A análise de Marcondes de dívidas de rol e créditos demonstra que aquelas perfaziam 197 empréstimos e 38% do crédito total, enquanto estes (em quantias maiores e sempre a juros) somaram 12 empréstimos e 62% do crédito. O autor também calcula que, durante a década de 1850, o crédito mediano (excluídas as dívidas de rol) concedido em Lorena ficava em aproximadamente 1:900\$ (Marcondes, 1998: 217 e 230).

<sup>46</sup> Amostra elaborada a partir dos Inventários, São José, MRSJDR.

163-166)<sup>47</sup>. Se a análise do papel dos instrumentos de crédito na França, feita por Hoffman *et. alii* estiver correta, então as redes “informais” de crédito talvez tenham constituído um meio eficiente para a alocação de crédito e para gerar investimentos e crescimento em economias com formas limitadas de financiamento formal (Hoffman, Postel-Vinay & Rosenthal, 1999). Ao responder às oportunidades de mercado e aos limitados estímulos do comércio internacional, os domicílios parecem ter alocado seus recursos mais eficientemente e intensificado a exploração da mão-de-obra de seus membros<sup>48</sup>. O grau pelo qual o crédito e as trocas mercantis permeavam a economia regional de São João/São José fica ilustrado no exemplo do inventário, datado de 1847, de Antônio Joaquim de Oliveira, um pardo pobre, nascido livre. Este inventário incluía uma lista de dívidas passivas com 96 habitantes da Vila de São José<sup>49</sup>. Antônio, que era um ourives, devia dinheiro a um conjunto de credores extremamente diverso, o qual incluía um advogado, um sapateiro, uma dupla de tecedeiras e vários lojistas e comerciantes. Este mero caso pode ser exemplar para demonstrar a amplitude e a complexidade destas redes de crédito. O crédito era concedido a todo tipo de indivíduo, inclusive às pessoas livres de cor. Ademais, entre os credores de Antônio, cujas identidade racial pode ser determinada, 9 entre 13 eram livres de cor<sup>50</sup>.

Mesmo na ausência de mudanças tecnológicas ou de economias sociais nos custos de transporte (afora pequena exceção, não havia ferrovias no Brasil durante o período em tela), o mercado se fazia sentir porque criava novos incentivos para pequenos produtores, investidores e empresários incrementarem sua produtividade. O aumento observado das transações de crédito, demonstrado na Tabela 4, indica não apenas uma crescente oferta de crédito, mas também um crescimento da demanda – muito

<sup>47</sup> Graça Filho (2002: 62-63) cita o dados das listas nominativas de 1831-1832, que arrolam entre 190 e 224 estabelecimentos comerciais de todos os tipos na Vila de São João del Rei.

<sup>48</sup> De novo, Kusnezof (1986) encontra algo muito semelhante para São Paulo, onde houve uma dramática transição da subsistência para a produção para o mercado.

<sup>49</sup> Inventário de Antônio Joaquim de Oliveira, 1847, MRSJDR, caixa 179.

<sup>50</sup> As identificações raciais foram obtidas ao cruzar a lista dos credores de Antônio com o censo de 1831/32. O banco de dados deste censo foi generosamente cedido por Clotilde Andrade Paiva. Para um estudo sobre o *status* da população livre de cor no Sudeste do Brasil, ver Klein & Paiva (1996 e 1994). Sobre São Paulo e Minas, ver Klein & Luna (2000). Para a Bahia, ver Barickman (1999).

provavelmente sinalizando para uma diminuição da importância das atividades de subsistência e um crescimento da participação na economia de mercado. Ademais, é também provável que a emergência de centros urbanos criava zonas bem maiores de atividades voltadas para o mercado, com a ramificação cada vez mais extensiva nas áreas rurais<sup>51</sup>. Inversamente, o desenvolvimento das fazendas de café e dos empreendimentos associados no Vale do Paraíba, a partir da década de 1830 e até os anos 1850, criava mercados para que os financistas da praça carioca pudessem suprir a crescente demanda por crédito<sup>52</sup>.

Pode-se concluir que o comércio, as instituições, os mercados e o crédito contribuíram para o aumento da riqueza no Sudeste do Brasil. Deve-se notar que as taxas de crescimento da riqueza no Sudeste brasileiro se comparam favoravelmente com as taxas registradas para os Estados Unidos como um todo, ao longo do mesmo período aproximado. Jones resume bem as várias estimativas do crescimento da renda *per capita* na América do Norte a partir do século XVIII. As estimativas variam de 0,5% por ano para o final do período colonial (Jones) a 1,3% anuais do final do século XVIII à década de 1840 (Paul David), ou ainda 1,6% para o período 1839-1859 (Raymond Goldsmith). Para o período de 1774 a 1850, Jones estima a taxa de crescimento em 0,9% (Jones, 1980: 78-83). Com base nos dados apresentados aqui, pelo menos provisoriamente, pode-se afirmar que, de 1815 a 1860, algumas partes do Sudeste do Brasil experimentaram uma taxa semelhante de criação de riqueza<sup>53</sup>.

<sup>51</sup> A expansão do mercado interno, especialmente nas suas ligações com a crescente riqueza da cidade do Rio de Janeiro e outros centros regionais, é sublinhada em Levy (1978: 38-40). A autora fala da “hipertrofia” do Rio de Janeiro como um centro comercial. Os dados de Bergad (1999: 54) sobre a exportações de Minas Gerais indicam que, mesmo após a subida das exportações internacionais de café nos anos 1850, cerca de 25% das remessas para fora da Província, em particular para a praça do Rio de Janeiro, continuavam sendo compostas por mercadorias pastoris: queijos, toucinho, bem como suínos e gado em pé.

<sup>52</sup> O estudo de Marcondes (1998: 225-226) sobre Lorena, na parte paulista do Vale do Paraíba, sugere que dois terços das dívidas com comerciantes e empreendedores eram intermediadas na praça do Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> É certo que o crescimento da riqueza real não equivale ao crescimento da renda *per capita*. É possível que a taxa de crescimento desta tenha sido menor e que a diferença na razão entre a riqueza e a renda tenha subido ao longo do período em tela. Não obstante, é difícil imaginar que a renda real também não tenha crescido, especialmente em São João, onde as desvantagens urbanas dos altos preços de alimentos e de habitação eram menos agudas que no Rio.

## A composição da riqueza

O crescimento da economia no Sudeste do Brasil conduziu a mudanças na composição da riqueza em todas as três localidades estudadas. Por causa do tamanho reduzido da amostra para São Paulo e a consequente diminuição da sua confiabilidade, enfoca-se a discussão sobre o Rio de Janeiro e São João/São José com limitadas referências a São Paulo. A Tabela 4 apresenta a distribuição da riqueza física por categoria e tem duas colunas à direita, que registram a porcentagem de riqueza *líquida*, composta por débitos e créditos.

Os imóveis perfaziam a maior parte da riqueza no Rio de Janeiro durante os dois períodos de amostra. De fato, a porcentagem de riqueza na forma de propriedade em imóveis permaneceu virtualmente estável da década de 1810 até os anos 1850. O processo de urbanização empurrou para cima os preços das habitações e a expansão da cafeicultura no interior da província do Rio e ampliou a riqueza dos fazendeiros, residentes na capital. Esta tendência não foi repetida em São João/São José, onde a urbanização teve menos força e a maioria dos inventariados possuíam propriedades rurais. De modo geral, isolada dos efeitos diretos do *boom* cafeeiro, a propriedade em imóveis teve menos oportunidade de se valorizar na região do Rio das Mortes e, na verdade, a proporção da riqueza total nesta categoria havia diminuído significativamente até a década de 1850.

Como foi argumentado anteriormente, a escravidão constituía-se numa difusa e importante fonte de riqueza ao longo de toda a primeira metade do século XIX no Sudeste do Brasil. Os escravos encontravam-se amplamente distribuídos entre os detentores de riqueza e eram de uma importância especial para os possuidores de patrimônio mediano. Entretanto, apesar da ubiqüidade dos cativos nos inventários cariocas e mineiros, em termos da composição da riqueza, a presença da escravidão era bem mais nítida nas cidades do interior que na capital do Império. Em São João/São José (e, provavelmente, em muitos municípios interioranos com perfis econômicos e demográficos semelhantes) a escravidão foi uma categoria de riqueza mais destacada que na praça do Rio de Janeiro. Com efeito, nas amostras mineiras da década de 1850, os escravos perfaziam 43% da soma bruta da riqueza inventariada. Da mesma forma, os cativos compunham 39% da riqueza bruta em São Paulo nos anos 1850. De acordo com

a amostra de Marcondes para Lorena, no período 1830-1849, a propriedade em escravos constituía 36% dos montes-mores (Marcondes, 1998: 171)<sup>54</sup>. Contrariamente, o peso de escravos nos inventários do Rio de Janeiro foi menor e diminuiu como uma proporção da riqueza total entre 1820 e a década de 1850. Embora os cativos perfizessem apenas 14% da riqueza bruta total nos anos 1850, a propriedade em escravos aparecia em nada menos que 78% dos inventários. Desta forma, o escravo continuava como uma peça importante para amplas parcelas dos detentores de riqueza cariocas.

As transformações nas posses de gado também foram particularmente marcantes em São João/São José. Em face da reputação de Minas Gerais como o grande empório de laticínios, toucinho e gado de corte do Sudeste, não nos surpreende que as criações constituíssem uma grande proporção da riqueza total por volta de 1820. Até os anos 1850, no entanto, esta proporção havia caído vertiginosamente. O estudo de Graça Filho sobre a história econômica da região contém pistas acerca desta mudança tão marcante. O autor argumenta que, até meados do século, o centro urbano de São João havia passado a se especializar no comércio e no crédito. Os novos investimentos foram sendo canalizados para a constituição de redes de comércio, em vez das atividades pastoris e, daí, a economia pastoril permaneceu mais ou menos do mesmo tamanho ao longo de todo o período em tela. A praça de São João, em particular, voltou-se para as oportunidades lucrativas oferecidas pelo comércio com a vasta hinterlândia da Província de Minas e a produção para o mercado local (Graça Filho, 2002: 123-124)<sup>55</sup>. As hipóteses do autor são fortalecidas, quando examinamos o crescimento substancial no valor dos créditos registrados nos inventários da década de 1850, bem como as taxas de crescimento de créditos apresentadas na Tabela 4. Ao aliarmos tais evidências à observação de que os investimentos rurais na região parecem ter-se tornado mais dependentes da mão-de-obra escrava (sugerindo a predominância das

<sup>54</sup> Os cálculos do autor foram convertidos de riqueza líquida em riqueza física, ao dividir a sua porcentagem de riqueza em escravos (27,8%) por 0,779, para dar conta do peso de créditos e débitos nas suas cifras originais.

<sup>55</sup> Os dados do autor mostram, por exemplo, que o número mediano de gado nas fazendas de São João era de 146 na primeira metade do século XIX e 133 na segunda metade. Ademais, a sua análise acerca da produção no setor agrícola sublinha a tendência em direção à policultura, com a plantação de arroz, feijão e milho, intercalada com açúcar e, poucas vezes, o café.

plantações sobre a criação), chega-se mais perto da resolução do mistério da diminuição proporcional da riqueza em gado.

Previsivelmente, o dinheiro em espécie e os depósitos bancários tiveram muito mais importância na capital do Império que nas Minas. De fato, parece que, nos dois períodos examinados, os cariocas mantiveram aproximadamente a mesma proporção da sua riqueza nestes bens mobiliários. A falta de meios monetários em São João/São José, por outro lado, parece ter sido intimamente vinculada à continuada importância dos instrumentos de crédito e débito. Como se argumentou na discussão sobre as raízes do crescimento econômico no Brasil, na primeira metade do século XIX, estes instrumentos financeiros informais permitiam que a economia de Sudeste progredisse sem o benefício da ampla circulação de meios de troca ou dos modernos bancos e mercados financeiros. Tais instrumentos informais foram mais importantes no interior dinâmico do que na capital, pois precisamente na praça do Rio o dinheiro em espécie, os bancos e as operações financeiras eram mais abundantes. Com efeito, até a década de 1850, perto de um quinto da riqueza do Rio tomava a forma de dinheiro, depósitos bancários ou ações e títulos – o dobro do nível verificado em São João/São José. Não obstante, seria um erro crasso imaginar que a incipiente economia monetária de São João/São José significasse que o mercado em si fosse fraco e baseado no escambo e na subsistência.

O preço mediano de um escravo masculino adulto, em boas condições de trabalho, permaneceu mais alto em São João/São José que no Rio de Janeiro, ao longo de todo o período sob exame aqui<sup>56</sup>. Os proprietários de escravos antecipavam um retorno sobre seus investimentos e simplesmente não seria possível que os inventariados das amostras (para não falar dos 33% de domicílios listados como possuindo cativos no censo) tivessem investido até 43% de sua riqueza física total em uma força de trabalho dedicada a atividades de subsistência e de escambo.

<sup>56</sup> Em 1825, o preço médio de um escravo masculino entre 21 e 40 anos de idade era de 161\$000 (N = 62) no Rio de Janeiro e 189\$000 (N = 25) em São João. Uma geração mais tarde, em 1855, os valores correspondentes eram de 831\$000 (N = 84) e 918\$000 (N = 91), respectivamente. É interessante notar que quase a mesma diferença vigorava na comparação dos preços no Rio com os de São Paulo: 194\$000 (N = 15) e 883\$000 (N = 18) para os mesmos anos. Inventários encontrados no AN, Rio de Janeiro, no MRSJDR e no Arquivo do Tribunal do Judiciário, São Paulo.

Altos preços de escravos, continuadas importações de cativos, amplas redes de crédito e uma diversificada economia pastoril, manufatureira e de serviços não são compatíveis com a versão historiográfica que insiste na subsistência e na estagnação. Os irmãos Martins estavam certos quanto ao dinamismo desta economia, mesmo que tenham subestimado a saliência do comércio e das “exportações”, no sentido mais amplo.

Na esteira das mudanças no Código Comercial de 1850, o número e o tamanho das sociedades por ações cresceram rapidamente, embora o crescimento não fosse tão rápido quanto o que se daria nas duas últimas décadas do século XIX. Tal crescimento redundava em novas oportunidades para investimento, especialmente na financeiramente sofisticada praça do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a introdução das ferrovias e dos esquemas de títulos ferroviários subsidiados pelo Estado criou um outro caminho para investimentos. A alta concomitante dos preços de escravos talvez também tenha contribuído para a alteração nas preferências de investimentos dos habitantes mais abastados da cidade<sup>57</sup>. Em São João e em São Paulo, onde o acesso aos instrumentos financeiros formais era bem menor, ações e apólices constituíam uma proporção bem menor da riqueza total (muito embora tal situação fosse mudar rapidamente após a década de 1850).

Os dados são um tanto ou quanto anômalos, quando se trata da riqueza empresarial, incluindo estoques, equipamentos e títulos negociáveis, tais como as “ações” de empreendimentos privados. No Rio de Janeiro, uma parcela considerável de riqueza pertencia a este tipo de investimento, mas não em São João. A discrepância é grande demais para permitir que se tente distinguir entre os dois casos nesta categoria. Os empreendimentos em São João devem ter mantido uma certa quantia de estoque para venda e os inventariados devem ter transferido informalmente suas partes em sociedades particulares, de modo que só se pode concluir que os nossos dados são incompletos.

Finalmente, a categoria de riqueza pessoal incluía os pertences pessoais e móveis, bem como qualquer objeto em ouro, prata ou jóias que porventura possuíam. Tanto no Rio quanto no interior mineiro, a par-

<sup>57</sup> Para uma discussão dos efeitos do Código Comercial sobre a criação de sociedades após 1850, ver Graham (1968: 25). A idéia de que as altas nos preços de escravos empurravam os investidores na direção de outros tipos de investimento é sugerido em Costa (1982: 35).

cela desta categoria na riqueza total decresceu ao longo do tempo. Trata-se de um achado bastante significativo. Por que os detentores de riqueza teriam deixado de aumentar a proporção dos seus patrimônios associada às amenidades e aos luxos da vida? É inegável que os abastados da Corte pudessem ter adquirido algumas mesas e cadeiras a mais, para não falar em luxuosas mercadorias importadas. No entanto, em vez de decorar suas casas com móveis melhores, os detentores de riqueza cariocas aumentavam seus investimentos em imóveis e escravos, ao mesmo tempo em que experimentavam as aplicações em ações e títulos. Sem querer dar um peso excessivo a este achado (afinal, tratava-se da categoria de riqueza mais sujeita ao sub-registro nos inventários), parece que os detentores de riqueza do Sudeste brasileiro preferiam fazer economias e investimentos em vez de gastar com supérfluos.

### A concentração da riqueza: estrutura e mudança

Os dados ainda são limitados demais para se ter certeza, mas, ao que parece, já no momento da Independência, a capital do País era marcada por altos níveis de desigualdade. Por volta de 1820, o decil mais rico dos detentores de riqueza inventariados no Rio deteve 57,4% da riqueza bruta. Na década de 1850, a parcela nas mãos dos mesmos 10% mais ricos havia aumentado um pouco para 59,1%. Em São João/São José, a desigualdade de riqueza subiu dramaticamente ao longo do mesmo período aproximado – aqui, o último decil de inventários viu sua proporção da riqueza total crescer de 47,6 para 57,9%. Os dados para São Paulo são tão parcos ainda que relutamos em apresentá-los de forma tabular, pois, assim, pareceriam ter mais confiabilidade do que merecem. De qualquer maneira, os dados sugerem que o decil mais rico de detentores de riqueza paulistas controlavam perto da mesma proporção da riqueza total (62,4%) que seus pares cariocas e mineiros.

Deve ser sublinhado aqui que estas proporções da riqueza correspondem à distribuição entre os detentores inventariados. Uma vez que não sabemos ao certo quantos domicílios possuíam pouca ou nenhuma riqueza e sendo a amostra de certa forma enviesada, não é possível calcular com acuidade a distribuição de riqueza ou as medidas de desigualdade para a população viva. A amostra vinculada para São José, na década de 1830 (N = 58), no entanto, contém informações

acerca da idade dos inventariados. Ademais, sabe-se com que frequência os domicílios arrolados no censo possuíam escravos (38%) e/ou tinham casa própria (nada menos que 70%). A combinação destas evidências nos permite estimar mais precisamente a distribuição de riqueza entre os domicílios da população viva. Usando uma versão modificada do método de ponderação de inventários, ajustou-se a distribuição de acordo com a ponderação por idades<sup>58</sup>. Este procedimento tem o efeito de *baixar* o coeficiente de Gini (medindo de 0 a 1, com as cifras mais altas indicando maior desigualdade) de 0,66 para 0,61. Em outras palavras, ao reduzir o peso, na amostra, dos inventariados mais velhos e ricos, baixa-se o índice de desigualdade. Em seguida, foram acrescentadas observações, no sentido de representarmos a metade com menos posses, com base na suposição de que o patrimônio deste grupo refletiria a riqueza dos 60% menos ricos da distribuição ajustada por idade e que não possuíam escravos<sup>59</sup>. Este ajuste também baixa o coeficiente de Gini, agora para 0,57, e resulta em proporções coerentes de proprietários de escravos e proprietários de casa própria na amostra ajustada<sup>60</sup>. Por fim, no intuito de captar os efeitos de desigualdade da escravidão, adicionamos casos nulos de riqueza à base da distribuição, que representa 33% do total, para compensar os casos de escravos que possivelmente eram chefes de domicílios. O resultado de todos estes ajustes é um coeficiente de Gini de 0,68 e uma idade média de 46. Podem-se tirar duas conclusões básicas desta discussão. Primeiro, o coeficiente de Gini é sensível à maneira pela qual as amostras de inventários são ajustadas por idade e outros tipos de viés. Segundo, o resultado final de nossos esforços de elaboração de uma estimativa “mais fiel possível” acaba ficando extraordinariamente perto da medida bruta original. Não há nenhuma garantia de que tal similaridade seja válida para outros períodos ou lugares no Brasil. No momento, o melhor a fazer é apresentar uma série de estimativas.

<sup>58</sup> Para uma discussão deste método, ver Jones (1980: Appendix A). Em seus ajustes, a autora utilizou três faixas de idade.

<sup>59</sup> Este ajuste é parecido com o conceito de Jones de “riqueza não-inventariada” (*non-probate wealth*).

<sup>60</sup> Depois do ajuste, 42% da amostra eram compostas por proprietários de escravos, enquanto 65% tinham casa própria. Entre os vivos, por volta de 1831-1832, 38% possuíam pelo menos um escravo; na vizinha São João, 68% das habitações pertenciam aos seus moradores.

Quando se presume que uma proporção significativa de domicílios não possuía nenhuma riqueza, chega-se a coeficientes de Gini muito mais altos. Por exemplo, ao presumir que metade dos domicílios possuía riqueza nula, a proporção de bens pertencentes ao decil mais rico aumenta dramaticamente, junto com as medidas padronizadas de desigualdade. Ao supor que 50% dos domicílios não possuíam riqueza alguma, o já discutido coeficiente de Gini da amostra de São José aumentaria de 0,66 para 0,83. Não obstante, dado o que já se sabe acerca dos padrões da posse de riqueza entre os indivíduos arrolados nas listas nominativas de São José, é pouco confiável a suposição de que, em 50% dos domicílios, a riqueza tenha sido de fato nula. Já no caso do Rio de Janeiro – uma localidade mais urbanizada e com um custo de vida mais alto – a presunção de que 50% dos domicílios não teriam bens a declarar é mais condizente com a realidade. Neste caso, o coeficiente de Gini aumentaria para 0,85 nos dois períodos examinados – bastante parecido com os níveis estimados para Boston em 1848 (0,86) e Nova Orleans em 1860 (0,89)<sup>61</sup>.

Embora seus efeitos variassem ao longo do tempo e no espaço, entre os que possuíam riqueza no Brasil durante a primeira metade do século XIX, a instituição da escravidão agia no sentido de diminuir a desigualdade econômica. Embora a própria propriedade em escravos se tenha tornado mais concentrada em determinados momentos, entre os que possuíam bens a distribuição da posse de cativos permaneceu mais difundida que os demais componentes da riqueza. As medidas de concentração geralmente indicam que a riqueza em escravos foi distribuída de forma mais uniforme do que a riqueza em terras – pelo menos antes da década de 1870 (Canabrava, 1972). Por exemplo, em Minas Gerais, entre 1831 e 1840, o coeficiente de Gini entre proprietários de escravos variou de 0,46 a 0,60 (Libby, 1988: 131). O coeficiente entre os mineiros proprietários de terras era mais alto, ficando entre 0,71 e 0,75 na década de 1850 (Bergad, 1999: 69)<sup>62</sup>. Há, no entanto, um problema com a maneira pela qual, freqüentemente, tais comparações são feitas. Embora pareça que a propriedade em escravos fosse mais uniformemente distribuída que a riqueza em terras, a realidade era mais complexa. De dois terços a três quartos dos domicílios não possuíam um único escravo. Ao acrescentar estes ca-

<sup>61</sup> Coeficientes calculados por Jones (1980: 285).

<sup>62</sup> Nota-se que o coeficiente de Gini entre os proprietários de terras em São João foi de 0,75.

— |  
— |

sos ao universo da distribuição de riqueza, o coeficiente de Gini para a propriedade em escravos aumenta radicalmente<sup>63</sup>. No caso da propriedade em terras, a situação variava, dependendo da localidade. No interior, especialmente em Minas, ao que parece, pelo menos dois terços dos domicílios possuíam algum tipo de bem de raiz. Desta forma, onde a propriedade de imóveis era mais difundida que a propriedade em escravos, é provável que os coeficientes de Gini para as duas formas de riqueza fossem bastante semelhantes entre a população viva.

No Rio de Janeiro (e, talvez, em outras grandes cidades), as coisas se davam de forma diferente. A porcentagem de domicílios que possuíam escravos era semelhante à dos que tinham imóveis: cerca de um terço de todos os domicílios. Nos centros urbanos, portanto, a propriedade em escravos era mais uniformemente distribuída do que as demais grandes categorias de bens. No Rio, o coeficiente de Gini, que mede a distribuição da propriedade em escravos por valores, era de 0,57 por volta de 1820, e 0,63 em torno do ano de 1855. Estes coeficientes são baixos, quando comparados aos de desigualdade da riqueza bruta total no Rio: 0,704 em 1820 e 0,711 em 1855. Embora, ao longo do tempo, a riqueza em escravos se tornasse mais concentrada, a posse de cativos serviu para diminuir as medidas gerais de desigualdade na população livre, mesmo adentrando os anos 1850.

Sem dúvida, há um bom tempo que os estudiosos sabem que a grande maioria dos proprietários de escravos possuía apenas poucos cativos e que, nas palavras de Stuart Schwartz, a escravidão foi “a base econômica da sociedade como um todo e uma forma extremamente comum e acessível de investimento” (Schwartz, 1982: 59). Dados sobre a propriedade em escravos na região Sudeste do Brasil consistentemente apontam para posses medianas de 3 a 10 escravos por proprietário (Paiva, 1996: 212–214 e Luna & Klein, 2003: 109–113). Mesmo assim, muitos estudos acerca da economia política do Brasil continuam a centrar seus interesses na escravidão de *plantation* e, mesmo quando se reconhece a predominância das pequenas posses, não há nenhum esforço no sentido de procurar medir a importância relativa da escravidão para os proprietários de distintos níveis de riqueza<sup>64</sup>.

<sup>63</sup> Libby (1988: 130) é um dos poucos estudiosos a apontar este problema.

<sup>64</sup> Desconhece-se qualquer estudo sistemático da importância relativa de escravos para inventariados de níveis diferentes de riqueza. A maioria dos estudos apenas

Uma maneira simples de medir como a escravidão diminuía a desigualdade entre os que possuíam riqueza é comparar os coeficientes de Gini com e sem a riqueza em escravos. Com os escravos excluídos dos cálculos, para o Rio de Janeiro o coeficiente de Gini aumenta de 0,70 para 0,76 no período 1815–1825 e de 0,71 para 0,75 entre 1850–1860. Este exercício indica uma diferença na desigualdade de 7% para o primeiro período e de 5 para o segundo<sup>65</sup>. No Rio, portanto, a instituição da escravidão diminuía a desigualdade, porém, por pouco, uma vez que a propriedade em escravos correspondia a menos de um sexto da riqueza total. Na região São João/São José, onde as posses de cativos perfaziam uma proporção substancial da riqueza total em ambos os períodos, a exclusão da propriedade em escravos da amostra aumenta o coeficiente de Gini de 0,643 para 0,711 entre 1815–1825 e de 0,717 para 0,771 no período 1850–1860. Esta operação indica uma diferença de 10% por volta de 1820 e uma diferença de 7% em torno de 1855. É importante notar que, hipoteticamente e a longo prazo, os escravos libertos, por nossos cálculos, teriam sido capazes de reter mais de sua produção e acumular uma certa riqueza, assim achatando a curva de distribuição da riqueza e diminuindo a desigualdade. Se a riqueza em escravos era relativamente bem distribuída entre os possuidores de bens, outras formas de riqueza, tais como os ativos financeiros formais e informais, eram altamente concentradas. Por volta de 1820, o decil mais rico do Rio de Janeiro controlava 92,4% das ações e dos títulos, enquanto abocanhava 39,3% da riqueza em escravos e 40% da riqueza pessoal. Na década de 1850, o decil mais rico detinha 63,4% das ações e dos títulos, mas apenas 38,2% da riqueza em escravos e 44,1% da riqueza pessoal. Obviamente, a posse de ações e de apólices ou títulos tornou-se mais ampla, mas permaneceu ligeiramente mais concentrada nas mãos dos mais ricos. Em São João/São José a tendência foi semelhante: a riqueza pessoal e em escravos foi distribuída mais uniformemente que outras formas de propriedade. Ações e títulos virtualmente inexistiam

informa a porcentagem da riqueza total representada pela escravaria. Ao desagregar seus dados em três classes de riqueza (os 33,3% mais ricos, e assim por diante), a obra de Cardoso de Mello (1982: 93–98) oferece um indicador tosco. Os achados da autora, no entanto, podem ser questionados, uma vez que a série se inicia apenas na década de 1840 e os dados continuam bastante agregados (teria sido necessário calcular por decis).

<sup>65</sup> Porcentagens calculadas com coeficientes de Gini em três casas decimais.

nas Minas da década de 1820; ao adentrar a década de 1850, o decil mais rico controlava 97,7% da riqueza em títulos, enquanto as ações quase não figuravam nas inventariações. Em contraste, a riqueza em escravos era distribuída mais uniformemente, embora o grau de concentração houvesse subido: o decil mais rico possuía 33,5% da riqueza em escravos em 1820 e 46,3% em 1855.

A experiência da desigualdade de São João/São José era bem distinta da do Rio de Janeiro. Se, por um lado, a propriedade em escravos foi um fator muito mais importante, por outro, a desigualdade geral subiu dramaticamente no período abordado – ou seja, por cerca de 10% quando medida em termos da riqueza física. Parte deste aumento (talvez metade dele) pode ser atribuída à maior desigualdade na distribuição da propriedade em escravos, com o decil mais rico abocanhando uma proporção dramaticamente maior da riqueza em cativos. O resto deve ser atribuído a outros fatores. Os níveis de desigualdade em São João/São José convergiam com os do Rio de Janeiro em função de uma transformação que fez com que a região passasse de uma economia pastoral relativamente pobre e igualitária para uma economia mais dinâmica, mais financeira e mais orientada para o mercado. É particularmente importante observar que a nossa análise revela uma desigualdade crescente no coração do Sudeste brasileiro (onde as exportações e a riqueza financeira foram de importância limitada), em vez do Rio de Janeiro (onde a desigualdade já era muito alta).

Neste sentido, o crescimento econômico interno parece ter conduzido ao *aumento* da desigualdade. Os mesmos fatores que permitiam que os inventários de São João/São José crescessem a uma taxa superior a 1% ao ano provavelmente alimentaram a ampliação da desigualdade. Os mercados premiavam os empreendedores e penalizavam os fracos, os doentes e os sem qualificação. Os poucos que possuíam escravos se beneficiaram desproporcionalmente da expropriação da renda escrava (e do aumento dos preços de cativos, especialmente após as medidas institucionais de 1850 e a supressão do tráfico negreiro transatlântico). Os credores mais ricos multiplicavam suas riquezas nas costas de milhares de pequenos empréstimos cedidos a trabalhadores vinculados ao mercado e às trocas. Em outras palavras, mercados estimulam a desigualdade, quando as estruturas sociais, as instituições e o capital humano não são igualitários e, sim, discriminatórios e mal desenvolvidos.

## Conclusões

Em partes do Sudeste do Brasil, a posse de riqueza mediana crescia rapidamente entre 1815 e 1860. Como seria de esperar, as taxas de crescimento mais rápidas se deram nas dinâmicas zonas cafeeiras e nas cidades a elas associadas, enquanto os níveis mais altos de riqueza geral encontravam-se na Corte do Rio de Janeiro, a maior cidade do Brasil. A posse de riqueza era concentrada, antes da Independência, especialmente no Rio; no entanto, os coeficientes de Gini estimados aqui não distinguem o Brasil como particularmente menos igualitário que a América do Norte. Há evidência de que a desigualdade na capital do Império permaneceu relativamente estável ao longo da primeira geração pós-Independência<sup>66</sup>. Em São João/São José, não obstante, a desigualdade ampliou-se significativamente entre os anos 1820 e a década de 1850, enquanto a economia se expandia e a alta dos preços de escravos impedia que os pouco remediados pudessem adquirir cativos. A maior concentração da riqueza financeira formal e informal, que deitava raízes na economia local, também aumentava a desigualdade.

A partir destes achados, é possível sugerir uma tipologia simples da posse de riqueza, relacionada às condições econômicas e institucionais do Sudeste do Brasil. Economias rurais com mercados mal desenvolvidos experimentam níveis mais baixos de riqueza total e de desigualdade: São João, nos anos 1820, São José, na década de 1830 e, provavelmente, São Paulo, na década de 1820. Áreas com redes financeiras dinâmicas e urbanizadas (sejam formais, sejam informais) experimentam níveis mais altos de riqueza e desigualdade: Rio de Janeiro, nos dois períodos examinados, São João/São José e São Paulo, já na década de 1850. Finalmente, nas áreas em que a economia cafeeira estava decolando – incluindo tanto Rio de Janeiro, quanto São Paulo – a riqueza agregada crescia muito rapidamente e, no caso paulista, as medidas de desigualdade provavelmente convergiam com as da Corte<sup>67</sup>.

<sup>66</sup> Os coeficientes de Gini para a riqueza física total entre possuidores de riqueza na amostra para o Rio de Janeiro (subtraídos os débitos e os créditos) eram de 0,704 em 1820 e de 0,711 em 1855; os coeficientes para a riqueza total *líquida* (incluídos débitos e créditos) eram de 0,78 e de 0,737, respectivamente.

<sup>67</sup> Muito embora a confiabilidade da amostra seja duvidosa, em função de seu tamanho reduzido, especialmente para o período 1815-1825, os dados para São Paulo indicam um aumento da proporção da riqueza física detida pelo decil mais rico de 42,6% para 62,4%.

Desde o início, pelo menos no que diz respeito à porcentagem de cativos no total das inventariações, os escravos eram muito mais importantes para os indivíduos de riqueza média ou pequena que para seus vizinhos ricos. Presumivelmente, uma forma de riqueza que se encontrava relativamente difundida, valoriza-se rapidamente, e que é desproporcionalmente importante para setores médios e de pequenas posses, acaba não sendo condizente com rápidas transformações sociais (tende a baixar a desigualdade entre os possuidores de riqueza) e muito menos com sentimentos abolicionistas (muitos seriam profundamente prejudicados). Como demonstra a Figura 1, tanto no Rio de Janeiro, quanto em São João/São José, a proporção de riqueza total detida em escravos era muito maior entre os inventariados mais pobres do que entre seus pares mais ricos. O padrão revelado na Figura 1, que se refere ao período 1815-1825, é repetido no segundo período de amostras: 1850-1860.

Freqüentemente, supõe-se que os senhores de grandes *plantations* e os mercadores ligados ao tráfico negreiro internacional fossem os principais agentes responsáveis pela continuidade da escravidão no Brasil<sup>68</sup>. Com efeito, tais agentes certamente apoiaram a persistência da instituição do cativo no Brasil. Não obstante, também é claro que a sociedade escravista brasileira gozava de uma ampla base social e que a escravidão era proporcionalmente mais importante para os médios e pequenos possuidores de riqueza. A escravidão, portanto, teve o efeito perverso de diminuir a desigualdade entre os detentores de riqueza, ao mesmo tempo que aumentava a desigualdade social geral. O paradoxo da escravidão no Brasil durante o período estudado é que ele proporcionava tanto uma hierarquia social, quanto uma módica mobilidade social (para proprietários). Como sugere Richard Graham, a estranha combinação de porosidade e elasticidade que caracterizava as instituições na primeira metade do século XIX serviu como fundamento da notável estabilidade da sociedade brasileira, mesmo diante da transformação econômica, das mudanças institucionais e das turbulências políticas (Graham, 1990: 32-33).

<sup>68</sup> Stein (1957: 64): “No meio da década de 1830, as finanças do Império estavam apoiadas na prosperidade dos cafeicultores, uma dependência mais forte do que a pressão da diplomacia inglesa aplicada durante 20 anos. O aumento do tráfico de escravos na

## Bibliografia

- BAER, Werner, *The Brazilian Economy: Growth and Development*. Westport CT, Praeger, 1995.
- BARMAN, Rodrick, *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91*, Stanford: Stanford University Press, 1999.
- BARICKMAN, Bert, “As cores do escravismo: escravistas ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cabras’ no Recôncavo baiano, 1835”, *População e Família* 2, 1999, pp. 7-59.
- BERGAD, Laird, *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CANABRAVA, Alice B., “A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818”, in *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, 1972, pp. 77-130.
- COSTA, Emília Viotti da, *Da senzala à colônia*, 2ª edição, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1982.
- COSTA, Emília Viotti da, *The Brazilian Empire: Myth and Histories*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.
- DEAN, Warren, *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*, Austin: University of Texas Press, 1969.
- ENGERMAN, Stanley, HABER, Stephen & SOKOLOFF, Kenneth, “Inequality, Institutions, and Economic Growth: A Comparative Study of New World Economies Since the Sixteenth Century”, in MENARD, Claude (ed.), *Institutions, Contracts, and Organizations: Perspectives from New Institutional Economics*, Cheltenham: Edward Elgar, 2000, pp. 108-134.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRANK, Zephyr, *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*, Albuquerque: University of New Mexico press, 2004.
- FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, 7ª ed., São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- GOLDSMITH, Raymond W., *Brasil, 1850-1914: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*, São Paulo: Harper and Row/Bamerindus, 1986.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei 1831-1888*, São Paulo: Annablume, 2002.
- GRAHAM, Richard, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*, Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- GRAHAM, Richard, *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*, Stanford: Stanford University Press, 1990.

década de 1840 beneficiou tanto os fazendeiros quanto os cofres do governo [...]”. Aqui e em várias partes, Stein se refere aos proprietários de escravos como fazendeiros – coerentemente com o centro das atenções de seu livro, mas isto pode causar confusão, se estendemos o termo para os que eram só proprietários de escravos ou os que promoviam a escravidão apenas com interesse de lucro

HOFFMAN, Phillip T., POSTEL-VINAY, Gilles & ROSENTHAL, Jean-Laurent, “Information and Economic History: How the Credit Market in Old Regime Paris Forces Us to Rethink the Transition to Capitalism”, *American Historical Review*, 104, n. 1, 1999, pp. 64–94.

JOHNSON, Lyman The Pampa Transformed, manusc. (generosamente cedido pelo autor).

JONES, Alice Hanson, *Wealth of a Nation to Be: The American Colonies on the Eve of the Revolution*, New York: Columbia University Press, 1980.

KARASH, Mary, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, Princeton: Princeton University Press, 1987.

KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde A., “Freedmen in a Slave Economy: Minas Gerais in 1831”, *Journal of Social History* 29, n. 4, 1996, pp. 935–962.

KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde A., “Slave and Free in Nineteenth-Century Minas Gerais: Campanha in 1831”, *Slavery and Abolition* 15, n. 1, 1994, pp. 1–21.

KLEIN, Herbert S. & LUNA, Francisco Vidal, “Free Colored in a Slave Society: São Paulo and Minas Gerais in the Early Nineteenth Century”, *Hispanic American Historical Review* 80, n. 4, 2000, pp. 913–941.

KUSNEZOF, Elizabeth, *Household Economy and Urban Development: São Paulo, 1765-183*, Boulder: Westview Press, 1986.

LEFF, Nathaniel, *Underdevelopment and Development in Brazil: Economic Structure and Change, 1822-1947*, vol. 1, London: Allen & Unwin, 1982.

LEVY, Bárbara Maria, *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LEWIN, Linda, *Surprise Heirs II: Illegitimacy, Inheritance Rights, and Public Power in the Formation of Imperial Brazil, 1822-1889*, Stanford: Stanford University Press, 2003.

LIBBY, Douglas, *Transformação e trabalho em uma economia escarvista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas, “Minas na mira dos brasilianistas”, in BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et. Alii, *História quantitativa e serial no Brasil*, Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

LINDERT, Peter, “An Algorithm for Probate Sampling”, *Journal of Interdisciplinary History*, 11, n. 4, 1981.

LINDERT, Peter & WILLIAMSON, Jeffery, *American Inequality: A Macroeconomic History*. New York, Academic Press, 1980.

LOBO, Eulália Maria Lehmeyer, *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S., *Slavery and the Economic History of São Paulo, 1759-1850*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

MARCONDES, Renato Leite, *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARTINS, José de Souza, *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto Borges, “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-century Minas Gerais Revisited”, *Hispanic American Historical Review*, 63, n. 3, 1983, pp. 537–568.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *Bahia, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de, *Metamorfozes da riqueza: São Paulo, 1845-1895*, São Paulo: Hucitec, 1982.

NEEDELL, Jeffery, “Party Formation and State-Making: The Conservative Party and the Reconstruction of the Brazilian State, 1831–40”, *Hispanic American Historical Review* 81, n. 2, 2000, pp. 259–308.

NORTH, Douglass, *Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O’ROURKE, Kevin & WILLIAMSON, Jeffery, *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy*, Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade, “População e economia nas Minas Gerais do século XIX”, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1995.

PEREZ, Manuel Peláez & SUZIGAN, Wilson, *História monetária do Brasil*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1976.

ROTHENBERG, Winifred Barr, *From Market-Places to a Market Economy: The Transformation of Rural Massachusetts, 1750-1850*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

SCHWARTZ, “Patterns of Slaveholding in the Americas: New Evidence from Brazil”, in *American Historical Review* 87, n. 1, February 1982, p. 55–86.

SILVEIRA, Ricardo Antônio Rocha, “The Distribution of Wealth in Brazil – The Case of Rio de Janeiro: 1870s to 1980s”, PhD Dissertation, University of California at Berkeley, 1985.

SIMONSEN, Roberto C., *História econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

STEIN, Stanley, *Vassouras: A Brazilian Coffee County*, Cambridge MA, Harvard University Press, 1957.

SUMMERHILL, William, *Order Against Progress: Government, Foreign Investment, and Railroads in Brazil, 1854-1913*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

VERDON, Nicola, “The Rural Labour Market in the Early Nineteenth Century: Women’s and Children’s Employment, Family Income, and the 1834 Poor Law Report”, *Economic History Review* 55, n. 2, 2002, pp. 299–323.

VRÉIS, Jan de, “The Industrial Revolution and the Industrious Revolution”, *The Journal of Economic History* 54, n. 2, junho 1994, pp. 249–270.

WEIMAN, David F., “Farmers and the Market in Antebellum América: A View from the Geórgia Upcountry”, *Journal of Economic History* 47, n. 3, setembro 1987, pp. 627–647.

## Fontes primárias

*Anuário Estatístico*, Rio de Janeiro, IBGE, 1939/40.

Banco de dados compilados de listas nominativas de 1831–1832, pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, por Clotilde Andrade Paiva.

Décima Urbana, Rio de Janeiro 1849, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

Inventários *post mortem*, Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.  
 Inventários *post mortem*, Arquivo Nacional.  
 Inventários *post mortem*, Arquivo Regional de São João del Rei.  
*Recenseamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1873-1876.

Tabela 1. Os inventariados e os vivos, São José, década de 1830

Faixas etárias	% de inventariados (N = 58)	% dos chefes de fogos(N = 3990)	Riqueza mediana, em mil réis
<41	14	44	1893
<51	14	24	4331
<61	29	18	7352
>61	43	14	7943
Categorias ocupacionais			
Agricultura(a)	28	27	6009
Comerciantes(b)	9	4	8675
Miscelânea, sem qualificação(c)	10	11	1653
Riqueza mediana inventariada			6438
Riqueza mediana ajustada(d)			4314

Fontes: Inventários *post mortem*, MRSJDR; Banco de Dados de Paiva

- (a) Categoria ocupacional de Paiva nº 96.  
 (b) Categoria ocupacional de Paiva nº 110.  
 (c) Categorias ocupacionais de Paiva nº 82 e nº 92.  
 (d) Riqueza mediana ajustada reflete a mediana após tomar em conta a proporção de inventariados em cada grupo etário e multiplicando por sua proporção entre os vivos. A idade mediana da população inventariada foi 58; entre os chefes de domicílios vivos a idade mediana foi 47.

Tabela 2. Medidas de riqueza agregada, Sudeste do Brasil, século XIX

	c. 1820	c. 1855	% crescimento anual
RIO DE JANEIRO	(N = 176)	(N = 363)	
Riqueza nominal, mil réis	7397	36017	4,6
Riqueza líquida real, mil réis(a)	16423	27577	1,5
Riqueza física real, mil réis(a)	14269	27778	1,9
Riqueza física, libra esterlina(b)	1540	4109	3,1
Inventários > £100(c)	2056	4397	2,6
Inventariados casados, libras esterlinas(d)	2075	4400	2,6
SÃO JOÃO/SÃO JOSÉ	(N = 125)	(N = 367)	3,9
Riqueza nominal, mil réis(e)	4700	18086	1,3
Riqueza líquida real, mil réis(e)	8594	13385	1,0
Riqueza física real, mil réis(f)	7736	10866	1,4
Riqueza física, libra esterlina(g)	1154	1622	1,5
Inventários > £100(g)	1337	1995	1,4
Inventariados casados, libras esterlinas(h)	1284	1761	

Fontes dos índices: Rio de Janeiro: LOBO (1978: 748-749); GOLDSMITH (1986: Tabelas III-1 e IV-2) *Anuário Estatístico* (1939/1940: 1353) e SIMONSEN (1968: 420). São João/São José: GRAÇA FILHO (2002: 143-149); *Anuário Estatístico* (1939/1940: 1353).

Fontes de dados: Rio de Janeiro – Inventários, Arquivo Nacional; São João/São José – Museu Regional de São João del Rei.

Notas:

- (a) Valores reais deflacionados por 0,55 vezes Lobo (1919) e 0,45 vezes o índice de libra esterlina.  
 (b) Mil-réis divididos pela respectiva taxa de cambio libra esterlina/ mil-réis.  
 (c) Porcentagem de inventários acima de £100: c. 1820 = 86; c. 1855 = 93.  
 (d) Porcentagem casada: c. 1820 = 62; c. 1855 = 64.  
 (e) Valores deflacionados pelo índice de Graça Filho.  
 (f) Mil-réis divididos pela respectiva taxa de cambio libra esterlina/ mil-réis.  
 (g) Porcentagem de inventários acima de £100: c. 1820 = 89; c. 1855 = 83.  
 (h) Porcentagem casada: c. 1820 = 60; c. 1855 = 70.

Tabela 3. Valor de trocas em São João: compras e vendas registradas em cartório (em £)

Ano	Propriedade urbana	Propriedade rural	Escravos	Dívidas	Total
1831	621	889	S/I	52	1562
1832	2025	163	S/I	1018	3206
1833	1828	1224	S/I	826	3898
1834	1080	2370	88	2020	5558
1834	1231	S/I	129	876	2236
Mediano	1357	1167	S/I	958	3292
1861	2318	1360	7915	2578	14171
1862	3262	5941	2367	10336	21906
1863	437	1783	2612	3732	8564
1864	1631	1403	4186	4818	12038
1865	1994	S/I	668	5424	8086
Mediano	1928	2622	3550	5378	12953
Crescimento anual(a)	1,3	3,0		4,7(b)	5,2

Fonte: MRSJDR, Escrituras de compra e venda, dados compilados e apresentados em GRAÇA FILHO, *A princesa*, p 157.

(a) Mediano a mediano 27,5 anos.

(b) Sem os dados de 1831 e 1862.

Tabela 4. A Composição da riqueza no Sudeste do Brasil

	Imóveis	Escravos	Animais	Dinheiro em espécie e depósitos	Ações e títulos	Bens empresariais	Bens pessoais	Outros	Dívidas líquidas (% da riqueza total)	Créditos líquidos (% da riqueza total)
<b>RIO DE JANEIRO</b>										
1815—25	52,0	16,5	0,7	11,2	1,8	5,8	7,3	4,7	-7,3	20,4
1850-60	52,2	14,2	0,4	10,6	8,8	7,8	3,4	2,9	-10,0	10,0
<b>SÃO JOÃO/SÃO JOSÉ</b>										
1815—25	40,4	33,1	11,2	1,5	0,2	0,3	6,3	8,2	-5,2	15,1
1850-60	33,7	43,0	5,6	3,6	5,6	0,4	4,1	3,9	-5,6	26,0
<b>SÃO PAULO</b>										
1850-60	36,7	38,8	5,8	6,9	1,6	3,4	4,6	1,9	-6,8	13,8

Fontes: Inventários, Rio de Janeiro (AN), São João/São José (MRSJDR), São Paulo (AJ).

Observação: As cifras líquidas representam a porcentagem da riqueza líquida total nas categorias de dívida e crédito.

Figura 1. Riqueza em escravos relativa à riqueza total

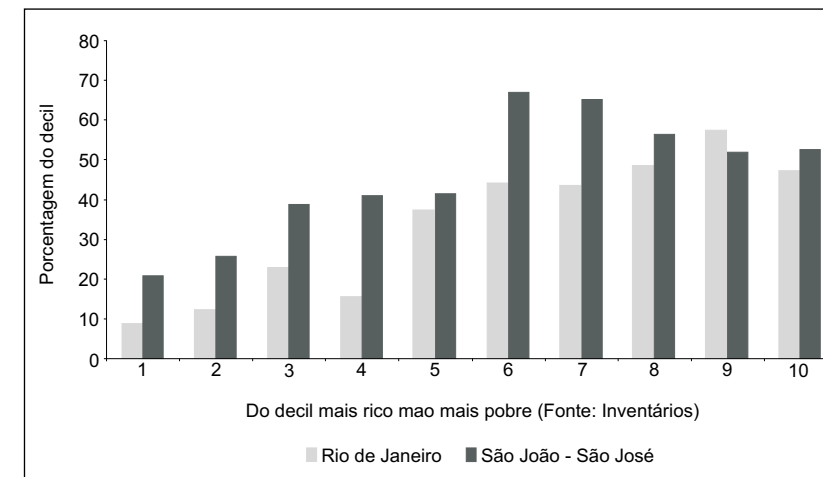


Tabela 5. Medidas de concentração de riqueza: inventários *post mortem*

	c. 1820	c. 1855
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
Decil mais alto em riqueza física, %	57,4	59,1
Coeficiente de Gini	0,704	0,711
Coeficiente de Gini sem escravos	0,756	0,747
<b>SÃO JOÃO/SÃO JOSÉ</b>		
Decil mais alto em riqueza física, %	47,6	57,9
Coeficiente de Gini	0,643	0,717
Coeficiente de Gini sem escravos	0,711	0,771

Fontes: Inventários *post mortem* (ver Tabela 1)